

Simone Assunção Keiner  
Livia de Moura Costa Cipola  
Chrystiane Vasconcelos Andrade Toscano  
(Org.)

# SABERES E FAZERES NECESSÁRIOS À GESTÃO ESCOLAR

para Cultura  
Inclusiva

✓ **Edufal**



Simone Assunção Keiner  
Livia de Moura Costa Cipola  
Chrystiane Vasconcelos Andrade Toscano  
(Org.)

# **SABERES E FAZERES NECESSÁRIOS À GESTÃO ESCOLAR**

**para Cultura Inclusiva**

 **Edufal**

Maceió/AL  
2026



## UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

### Reitor

Josealdo Tonholo

### Vice-reitora

Eliane Aparecida Holanda Cavalcanti

### Diretor da Edufal

Eraldo de Souza Ferraz

### Conselho Editorial Edufal

Eraldo de Souza Ferraz – Presidente

Diva Souza Lessa – Gerente

Fernanda Lins de Lima – Coordenação Editorial

Mauricélia Batista Ramos de Farias – Secretária Geral

Roselito de Oliveira Santos – Bibliotecário

Alex Souza Oliveira

Cícero Péricles de Oliveira Carvalho

Cristiane Cyrino Estevão

Elias André da Silva

Fellipe Ernesto Barros

José Ivamilson Silva Barbalho

José Márcio de Morais Oliveira

Juliana Roberta Theodoro de Lima

Júlio Cezar Gaudêncio da Silva

Mário Jorge Jucá

Muller Ribeiro Andrade

Rafael André de Barros

Silvia Beatriz Beger Uchôa

Tobias Maia de Albuquerque Mariz

### Núcleo de Conteúdo Editorial

Fernanda Lins de Lima – Coordenação

Roselito de Oliveira Santos – Registros e catalogação

### Conselho Científico da Edufal

César Picón - Cátedra Latino-Americana e Caribenha (UNAE)

Gian Carlo de Melo Silva – Universidade Federal de Alagoas (Ufal)

José Ignacio Cruz Orozco - Universidade de Valência - Espanha

Juan Manuel Fernández Soria - Universidade de Valência - Espanha

Junot Cornélio Matos – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Nanci Helena Rebouças Franco – Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Patricia Delgado Granados - Universidade de Servilha-Espanha

Paulo Manuel Teixeira Marinho – Universidade do Porto - Portugal

Wilfredo Garcia Felipe - Universidad Nacional de Educación (UNAE)

### Projeto gráfico

Mariana Lessa de Santana

### Editoração eletrônica e Capa

Mariana Lessa de Santana

### Imagem da Capa

Freepik

### Revisão de Língua Portuguesa

Ana Paula Monteiro Sanches

### Normalização (ABNT)

JDMM

### Catalogação na Fonte

#### Editora da Universidade Federal de Alagoas - Edufal

#### Núcleo de Conteúdo Editorial

Bibliotecário Responsável: Roselito de Oliveira Santos – CRB-4 – 1633

- S115 Saberes e fazeres necessários à gestão escolar para cultura inclusiva / Simone Assunção Keiner, Livia de Moura Costa Cipola, Chrystiane Vasconcelos Andrade Toscano.-Maceió : EDUFAL, 2026.  
119 p. il. : color.
- Inclui bibliografia.  
ISBN: 978-65-988147-5-5 E-book
1. Educação 2. Gestão escolar. 3. Inclusão-educação.  
I. Keiner, Simone Assunção, org. II. Cipola, Livia de Moura Costa, org. III. Toscano, Chrystiane Vasconcelos Andrade, org.

CDU: 37.014.22

## **EQUIPE**

### **COORDENAÇÃO**

#### **Coordenadoria geral**

Chrystiane Vasconcelos Andrade  
Toscano

#### **Coordenadoria-adjunta**

Lívia de Moura Costa Cipola

### **EQUIPE ADMINISTRATIVA**

#### **Secretaria administrativa**

João Peroba de Azevêdo Neto

#### **Apoio administrativo**

Fabiana de Albuquerque Silva  
Márcia Ney Alves De Assis

### **EQUIPE PEDAGÓGICA**

#### **Coordenadoria de formação**

Flávia Maria de Albuquerque Silva

#### **Supervisão da equipe de professores**

Fabricia Carla de Albuquerque Silva

#### **Professores-pesquisadores**

Elisangela Leal de Oliveira Mercado  
Ericler Oliveira Cutierrez Ouedraogo  
Fernando Silvio Cavalcante Pimentel  
Humberto Jorge Gonçalves Moreira de Carvalho  
Paulo Antônio dos Santos Júnior  
Rita de Cássia Magalhães de Oliveira  
Valdick Barbosa de Sales Junior

#### **Tutoria**

Camila Oliveira da Silva  
Jandson dos Santos Pereira  
Karla Roberta Melo de Vasconcellos  
Letícia Bezerra da Silva  
Nagay Ranielle dos Santos Corato  
Samilla Carla Ferreira Bezerra  
Taciana de Souza Bandeira  
Carla Marli Caetano de Oliveira  
José Ricardo dos Santos  
Karla Vanessa Nunes da Silva

Lwdmila Constant Pacheco

Rebeca Baldi da Silva

Simone Natividade Santos

Vitor Gabriel Felismino da Silva Patriota

### **EQUIPE DE TECNOLOGIA**

#### **Design**

Helder Luiz de Faria Freire

#### **Edição de vídeo**

Deyvid Dias Marinho

#### **Administração do Ambiente Virtual Acadêmico**

Marta de Moura Costa  
Ilson Mendonça Soares Prazeres

#### **Apoio para organização dos produtos gerados pelos cursistas**

Simone Assunção Keiner

### **EQUIPE DE ACESSIBILIDADE**

#### **Revisão de português do E-book**

Ana Paula Monteiro Sanches

#### **Revisão de material**

Luiz Alberico Barbosa Falcão  
Patrícia Rocha Pordeus

#### **Tradução e interpretação em LIBRAS**

Vanessa Costa Santos  
Rorierth Grigório Souza Silva

#### **Administração e Revisão de Português do Ambiente Virtual Acadêmico (AVA)**

Ilson Mendonça Soares Prazeres  
Ana Paula Monteiro Sanches

## Agradecimentos

**N**ossos mais sinceros e profundos agradecimentos a todos os colaboradores que, com dedicação e excelência profissional, foram imprescindíveis para a consecução do curso GESTInclusão e a materialização desta obra, embora não figurem como autores diretos dos capítulos.

Estendemos nosso reconhecimento a Fabiana de Albuquerque Silva e Márcia Ney Alves De Assis, que proveram o apoio administrativo fundamental, garantindo o bom funcionamento de todas as etapas. Agradecemos, igualmente, a Humberto Jorge Gonçalves Moreira de Carvalho e Valdirck Barbosa de Sales Junior pela inestimável contribuição como professores-pesquisadores colaboradores.

O sucesso na interação e o acompanhamento direto dos cursistas foram assegurados pelo trabalho rigoroso e empático da equipe de Tutoria, que se dedicou integralmente, representada por Camila Oliveira da Silva, Carla Marli Caetano de Oliveira, Jandson dos Santos Pereira, José Ricardo dos Santos, Karla Roberta Melo de Vasconcellos, Karla Vanessa Nunes da Silva, Letícia Bezerra da Silva, Lwd-

mila Constant Pacheco, Nagay Ranielle dos Santos Corato, Rebeca Baldi da Silva, Samilla Carla Ferreira Bezerra, Simone Natividade Santos, Taciana de Souza Bandeira e Vitor Gabriel Felismino da Silva Patriota.

No campo da tecnologia, o êxito do ambiente virtual deve-se ao empenho de Helder Luiz de Faria Freire no design, e de Marta de Moura Costa e Ilson Mendonça Soares Prazeres na administração do Ambiente Virtual Acadêmico. Por fim, a garantia da acessibilidade e da qualidade formal do material foi alcançada pela dedicada Equipe de Acessibilidade, nomeadamente Luiz Alberico Barbosa Falcão e Patrícia Rocha Pordeus na revisão de material, e Vanessa Costa Santos e Rorierth Grigório Souza Silva na tradução e interpretação em LIBRAS. O esforço conjunto e a qualidade do trabalho de cada um foram determinantes nesta publicação.

# Sumário

|                                                                                                                           |           |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>APRESENTAÇÃO</b>                                                                                                       | <b>9</b>  |
| <b>CAPÍTULO 1 GESTInclusão: FORMAÇÃO PARA GESTÃO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA</b>                                                | <b>15</b> |
| Simone Assunção Keiner<br>Chrystiane Vasconcelos Andrade Toscano                                                          |           |
| <b>CAPÍTULO 2 QUEM SÃO OS GESTORES DA INCLUSÃO? PERFIL, DESAFIOS E SUPORTES NO GESTInclusão</b>                           | <b>21</b> |
| Chrystiane Vasconcelos Andrade Toscano<br>Fabrícia Carla de Albuquerque Silva<br>Flávia Maria de Albuquerque Silva        |           |
| <b>CAPÍTULO 3 PRIMEIROS PASSOS DO GESTInclusão: 1º CICLO FORMATIVO</b>                                                    | <b>42</b> |
| Deyvid Dias Marinho<br>Ana Paula Monteiro Sanches<br>Fernando Silvio Cavalcante Pimentel                                  |           |
| <b>CAPÍTULO 4 CAMINHOS TEÓRICOS E PRÁTICOS DA GESTÃO ESCOLAR NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: 2º CICLO FORMATIVO</b> | <b>49</b> |
| Rita de Cássia Magalhães de Oliveira<br>Ericler Oliveira Gutierrez Ouedraogo<br>Lívia de Moura Costa Cipola               |           |

**CAPÍTULO 5 CONSTRUÇÃO COLETIVA E PARTICIPATIVA PARA  
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO:  
3º CICLO FORMATIVO 72**

Paulo Antônio dos Santos Júnior  
João Peroba de Azevêdo Neto  
Elisangela Leal de Oliveira Mercado

**CAPÍTULO 6 SABERES E FAZERES NECESSÁRIOS À GESTÃO  
ESCOLAR INCLUSIVA: SÍNTESE FORMATIVA 93**

Simone Assunção Keiner  
Chrystiane Vasconcelos Andrade Toscano  
Lívia de Moura Costa Cipola

**CONCLUSÃO:  
FINALIZANDO PARA RECOMEÇAR 106**

**SOBRE AUTORES/AS 109**

# **Apresentação**

O campo da educação é dinâmico e desafiador, exigindo constante atualização dos profissionais envolvidos. Entre os muitos temas que o atravessam, a gestão escolar se destaca como elemento central na promoção de uma educação pública de qualidade e na construção de uma cultura inclusiva. Diante de desafios crescentes, a formação continuada torna-se indispensável para que gestores atuem com eficiência, fundamentados em conhecimento atualizado e práticas inovadoras.

Nesta perspectiva, o livro “Saberes e Fazeres Necessários à Gestão Escolar para Cultura Inclusiva” representa uma contribuição essencial, fornecendo subsídios teóricos e práticos para gestores comprometidos com a transformação de suas instituições em espaços acolhedores e democráticos. Mais do que uma diretriz política, a inclusão é um compromisso ético e social que depende de lideranças capacitadas e engajadas.

A implementação da educação inclusiva exige um olhar atento à diversidade escolar. Esse processo envolve adaptações físicas, disponibilização de recursos pedagógi-

cos acessíveis e, sobretudo, a consolidação de uma cultura baseada na equidade e no respeito às diferenças. O gestor escolar, nesse cenário, tem o papel de articular políticas e práticas que garantam a aprendizagem de todos os estudantes.

No âmbito jurídico, a legislação brasileira estabelece a inclusão como princípio fundamental para garantir a participação plena e equitativa na sociedade, especialmente no contexto educacional. A Constituição Federal de 1988 assegura a educação como um direito universal, enquanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996) reforça esse compromisso ao prever a oferta de educação especial dentro da rede regular de ensino. Já a Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015) amplia essa perspectiva, garantindo acessibilidade e recursos de apoio para eliminar barreiras ao aprendizado e ao desenvolvimento pleno dos estudantes.

Diversos marcos normativos, como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e o Decreto nº 7.611/2011, reforçam que a inclusão não se restringe ao acesso à escola, mas exige suporte contínuo para assegurar a aprendizagem e a participação ativa dos estudantes. A legislação rejeita a segregação e promove um modelo que valoriza a diversidade e a equidade.

Diante desse cenário, a gestão escolar da inclusão apresenta desafios específicos. Transformar a inclusão em prática cotidiana requer conhecimento aprofundado so-



bre legislações, metodologias inclusivas e estratégias de acompanhamento do ensino-aprendizagem. Mais do que isso, é fundamental adotar uma postura proativa na mobilização da comunidade escolar, promovendo a responsabilização de professores, funcionários, estudantes e famílias na construção de um ambiente educacional verdadeiramente inclusivo.

Para que gestores aprimorem suas competências, a formação continuada desempenha um papel fundamental. A atualização constante possibilita a ampliação do conhecimento, o aperfeiçoamento das práticas de administração e o desenvolvimento de estratégias eficazes para a inclusão escolar. O aprendizado contínuo fortalece não apenas o profissional, mas toda a estrutura educacional.

Com relação à gestão escolar, seu papel na efetivação da inclusão é inegável. A articulação de políticas, práticas pedagógicas e recursos assegura o direito de todos à educação. Aos gestores cabe a mediação entre diretrizes educacionais e a realidade escolar, promovendo um ambiente acessível e acolhedor para estudantes com diferentes necessidades.

Além da atuação dos gestores, a formação continuada de professores e demais profissionais da escola é indispensável. A inclusão não se limita à adaptação física dos espaços; demanda uma transformação cultural e pedagógi-



ca. Dessa forma, a implementação de práticas inovadoras e metodologias flexíveis deve ser incentivada, respeitando as particularidades de cada aluno.

Outro aspecto essencial na gestão inclusiva refere-se à articulação com redes de apoio, como instituições de ensino superior, organizações da sociedade civil e secretarias de educação. A construção de uma escola inclusiva depende do estabelecimento de parcerias que favoreçam a troca de experiências e a implementação de políticas públicas eficazes. Assim, o gestor deve atuar estrategicamente, mobilizando recursos e assegurando que a inclusão seja prioridade institucional.

Além da administração de recursos e políticas, cabe à gestão escolar fomentar um ambiente de participação democrática, onde alunos, professores, familiares e toda a comunidade escolar possam contribuir para a construção de uma cultura inclusiva. A inclusão deve ser concebida como um compromisso coletivo, e não apenas uma responsabilidade isolada do gestor ou do professor. A adoção de um modelo de gestão participativa fortalece a equidade educacional e garante que a escola cumpra seu papel de acolher e ensinar a todos.

O livro aqui apresentado configura-se como um valioso recurso na construção de práticas inclusivas. Ele resulta do curso “Saberes e Fazeres Necessários à Gestão Escolar



para Cultura Inclusiva”, ofertado pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal) na modalidade a distância, alcançando gestores de diversas regiões do Brasil. A proposta formativa ofereceu um espaço de aprendizado e troca de experiências, capacitando profissionais para atuar com mais segurança e embasamento na implementação da inclusão em suas escolas. Os capítulos desta obra abordam temas essenciais para a gestão da cultura inclusiva, desde o perfil dos gestores até a realização de ciclos formativos que instrumentalizam esses profissionais.

Mais do que apresentar reflexões teóricas, esta obra expõe experiências concretas de formação, permitindo uma compreensão aprofundada dos processos envolvidos na gestão escolar inclusiva. Com uma abordagem interdisciplinar, os textos aqui reunidos fornecem ferramentas valiosas para aprimorar práticas e contribuir para um sistema educacional mais justo e acessível.

Como princípio pedagógico, a inclusão deve nortear todas as ações dentro do espaço escolar. Sua implementação requer gestores bem preparados, capazes de atuar como mediadores e facilitadores da aprendizagem. Nesse sentido, a leitura deste livro torna-se essencial para aqueles que reconhecem a importância da formação continuada e da garantia de direitos educacionais. Que esta obra inspire reflexões, motive novas práticas e reforce o compromisso



de cada gestor escolar na construção de uma educação verdadeiramente inclusiva. Afinal, a transformação da realidade educacional está nas mãos daqueles que conduzem o cotidiano escolar com responsabilidade e dedicação.

Maceió, 7 de março de 2025.

*Prof. Dr. Fernando Silvio Cavalcante Pimentel*



# **CAPÍTULO 1**

## **GESTInclusão: FORMAÇÃO PARA GESTÃO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Simone Assunção Keiner  
Chrystiane Vasconcelos Andrade Toscano

A inclusão escolar de estudantes com necessidades educacionais especiais tem progredido no Brasil, elevando-se de 94,2% em 2022 para 95% em 2023 (Instituto Nacional de Estudos E Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2024). Contudo, para que esse modelo se concretize, é preciso ir além da simples matrícula em turmas regulares (Tezani, 2009). Garantir uma educação inclusiva de qualidade passa, sobretudo, pela gestão escolar, responsável por criar condições para que a cultura inclusiva se enraíze no cotidiano (Brasil, 2015; Brasil, 2020).

Ainda que as políticas públicas em geral avancem na promoção da inclusão, é a gestão escolar em especial que possui o protagonismo na implementação de ações concretas para seu sucesso. A boa gestão precisa identificar e remover barreiras físicas, atitudinais e pedagógicas que ainda dificultam o processo de aprendizagem para muitos estudantes, especialmente aqueles com deficiências, altas

habilidades/superdotação ou transtorno do espectro autista (TEA). A gestão escolar desempenha um papel central na construção de ambientes de aprendizagem inclusivos, promovendo a integração de todos os educandos, respeitando suas singularidades e adotando estratégias pedagógicas acessíveis. Nesse contexto, a formação de gestores é imprescindível para a criação de escolas verdadeiramente inclusivas (Brasil, 2015; Brasil, 2008).

A Universidade Federal de Alagoas (Ufal), por meio da Pró-Reitoria de Extensão, articulou a elaboração, o desenvolvimento e a avaliação de ações de formação continuada, a partir do financiamento do Ministério da Educação (MEC), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Essa articulação foi essencial para a viabilização de cursos como o de aperfeiçoamento em Serviço de Atendimento Educacional Especializado para Educandos com Transtorno do Espectro Autista (SAEE-TEA), desenvolvido pela Ufal em parceria com a Rede Nacional de Formação Continuada de Profissionais do Magistério da Educação Básica (Renafor).

O SAEE-TEA foi um dos primeiros passos para a qualificação de professores e gestores na área da inclusão, especialmente voltado para o TEA. Esse curso foi estruturado visando proporcionar uma formação contínua e especializada aos educadores, oferecendo ferramentas e estratégias



para atender às necessidades dos estudantes com TEA. Com grande adesão, permitiu que mais de 400 docentes se capacitassem para integrar o atendimento especializado nas escolas regulares. A partir dos diálogos com os cursistas do SAEE-TEA, evidenciou-se o impacto positivo da formação de professores na ampliação das oportunidades de inclusão escolar. Contudo, os cursistas apontaram também a necessidade de uma capacitação voltada aos gestores, para que compreendessem as especificidades do TEA e garantissem as condições necessárias para a permanência e o sucesso desses estudantes.

Após o sucesso do SAEE-TEA, a Ufal deu continuidade ao processo de formação continuada de professores com o curso de aperfeiçoamento em Práticas Pedagógicas Inclusivas para Educandos com TEA (PPI-TEA), que aprofundou ainda mais as estratégias pedagógicas para atender à população com esse diagnóstico. O foco desse curso foi capacitar os professores para aplicar o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), metodologia que visa garantir que todos os estudantes, independentemente de suas condições, possam acessar o currículo escolar de maneira significativa. No PPI-TEA abordou-se o uso do DUA para construir práticas pedagógicas inclusivas, oferecendo múltiplas formas de representação, expressão e envolvimento. O curso teve uma alta procura, registrando 986 inscrições em apenas 48



horas, o que demonstrou a urgência da capacitação na área e a demanda por formação contínua de professores.

Assim como no SAEE-TEA, o diálogo com os professores cursistas do PPI-TEA evidenciou a necessidade de desenvolver formações voltadas à gestão escolar, capacitando-a para fomentar e sustentar práticas pedagógicas inclusivas. Em resposta a essa demanda, a Ufal lançou, em 2024, o curso de aperfeiçoamento em Saberes e Fazeres Necessários à Gestão Escolar para Cultura Inclusiva (GESTInclusão), concebido para suprir a carência de qualificação de gestores. A iniciativa visou consolidar a cultura inclusiva nas escolas e promover uma administração colaborativa.

Diferentemente dos cursos anteriores, que priorizaram a formação de professores, o GESTInclusão teve como propósito qualificar gestores escolares. O objetivo era capacitá-los para planejar, implementar e conduzir transformações essenciais, tornando a escola um ambiente verdadeiramente inclusivo. A formação ofereceu ferramentas para captar e administrar recursos. Também auxiliou na identificação de barreiras físicas e atitudinais nas escolas, promovendo uma gestão participativa junto à comunidade. Além disso, abordou a aplicação do DUA e a adequação dos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs). O curso não apenas fortaleceu os gestores na esfera administrativa, mas também os preparou para enfrentar os desafios pedagógicos da inclusão. Assegurou que as práticas adotadas fossem, de



fato, transformadoras e que as escolas respondessem efetivamente às demandas dos estudantes da educação especial.

O presente e-book é um dos produtos do GESTInclusão e visa compartilhar as experiências do curso para ajudar gestores a criar uma cultura inclusiva nas escolas. A obra disponibiliza ferramentas e estratégias para reconfigurar as práticas pedagógicas, impulsionando uma educação verdadeiramente acessível e equitativa.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial:** Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/descontinuado/pnee.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** 2008. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pneepei>. Acesso em: 11 fev. 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015:** institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). 2015. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/554329/estatuto\\_da\\_pessoa\\_com\\_deficiencia\\_3ed.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/554329/estatuto_da_pessoa_com_deficiencia_3ed.pdf). Acesso em: 11 fev. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Matrículas na educação especial chegam a mais de 1,7 milhão** 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-es>



colar/matriculas-na-educacao-especial-chegam-a-mais-de-1-7-milhao. Acesso em: 11 fev. 2025.

TEZANI, T. C. R. **A relação entre gestão escolar e educação inclusiva**: o que dizem os documentos oficiais? 2009. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9249>. Acesso em: 11 fev. 2025.



## **CAPÍTULO 2**

### **QUEM SÃO OS GESTORES DA INCLUSÃO? PERFIL, DESAFIOS E SUPORTES NO GESTInclusão**

Chrystiane Vasconcelos Andrade Toscano

Fabília Carla de Albuquerque Silva

Flávia Maria de Albuquerque Silva

O curso GESTInclusão foi idealizado com o propósito de capacitar gestores da educação básica na construção de ambientes mais acessíveis e inclusivos. A proposta central concentrou-se na formação desses profissionais para a administração de recursos, eliminação de barreiras e adaptação dos projetos pedagógicos às necessidades dos estudantes.

Realizado entre abril e dezembro de 2024, o curso seguiu um formato totalmente online, possibilitando a participação de gestores de diferentes regiões do país. A estrutura contemplou atividades síncronas, como transmissões ao vivo pelo YouTube e encontros mediados por tutores, além de atividades assíncronas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da Ufal. Esse modelo híbrido proporcionou maior flexibilidade aos cursistas, permitindo que as atividades assíncronas se ajustassem às suas rotinas,

enquanto as atividades síncronas enriqueciam a interação entre alunos, professores e tutores.

O planejamento administrativo do GESTInclusão foi estruturado seguindo uma sequência lógica que envolveu planejamento, inscrições, execução e finalização. A Tabela 1 exibe um panorama das principais etapas administrativas do curso. O AVA foi organizado para proporcionar uma navegação intuitiva e acessível. Ao acessarem a plataforma, os cursistas dispunham de informações detalhadas sobre cada disciplina, incluindo o nome do professor responsável, os objetivos de aprendizagem, a carga horária e links diretos para contato com tutores e suporte técnico. Os conteúdos foram distribuídos em seções estratégicas, utilizando a abordagem de aprendizagem baseada em problemas (Hug, 2007; Munhoz, 2015; Ribeiro, 2010).



### Redes sociais do GESTInclusão



**Instagram:** <https://www.instagram.com/gestinclusao/>



**YouTube:** <https://www.youtube.com/@gestinclusao>

**Tabela 1 - Calendário administrativo do GESTInclusão**

|                                                    | Abril | Maió | Junho | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro |
|----------------------------------------------------|-------|------|-------|-------|--------|----------|---------|----------|----------|
| Planejamento do curso e tratativas ministeriais    |       |      |       |       |        |          |         |          |          |
| Produção e adaptação de materiais didáticos no AVA |       |      |       |       |        |          |         |          |          |
| Divulgação do curso e seleção de equipe            |       |      |       |       |        |          |         |          |          |
| Inscrição e homologação dos cursistas              |       |      |       |       |        |          |         |          |          |
| Cadastro dos cursistas no AVA                      |       |      |       |       |        |          |         |          |          |
| Desenvolvimento dos ciclos formativos              |       |      |       |       |        |          |         |          |          |
| Elaboração de relatório parcial                    |       |      |       |       |        |          |         |          |          |
| Encerramento do curso e entrega do relatório final |       |      |       |       |        |          |         |          |          |



Visando facilitar a organização e o acompanhamento das atividades, o curso foi planejado com uma carga horária de 180 horas, distribuídas entre dois seminários – um de abertura e outro de encerramento – e quatro ciclos formativos. Além disso, foi concedido um período adicional para que os cursistas pudessem concluir atividades pendentes, garantindo a integralização do curso (Tabela 2).

Na execução do GESTinclusão e na adoção das estratégias voltadas para minimizar as dificuldades dos cursistas, uma equipe especializada esteve diretamente envolvida. As atividades do curso foram organizadas com base no Termo de Execução Descentralizada nº 14.140. Embora cada integrante da equipe do GESTinclusão desempenhasse funções específicas, as decisões foram amplamente debatidas entre todos, favorecendo a construção participativa e plural do perfil da formação. O papel de cada função será detalhado a seguir.

Coube à coordenadora geral e à coordenadora-adjunta a supervisão integral dos procedimentos adotados ao longo do curso, bem como o gerenciamento dos processos decorrentes dessas ações. Considerando a necessidade de uma gestão administrativa e pedagógica eficiente, a equipe também contou com um secretário administrativo, auxiliado por duas assistentes, além de uma coordenadora de formação e uma supervisora.



**Tabela 2 - Calendário pedagógico do GESTInclusão**

| <b>Data</b>                     | <b>Evento</b>                                                                                    | <b>Duração</b> | <b>Responsáveis</b>                   |
|---------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|---------------------------------------|
| <b>1º Ciclo Formativo (20h)</b> |                                                                                                  |                |                                       |
| 9/8/24                          | Seminário de abertura                                                                            | 5h             | Fernando Pimentel                     |
| 10/8/24 a 18/8/24               | Disciplina 1: “Introdução à Educação a distância”                                                | 15h            | Fernando Pimentel                     |
| <b>2º Ciclo Formativo (90h)</b> |                                                                                                  |                |                                       |
| 23/8/24 a 8/9/24                | Disciplina 2: “Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva”                           | 30h            | Rita de Oliveira                      |
| 13/9/24 a 20/10/24              | Disciplina 3: “Caminhos para gestão escolar na cultura inclusiva: da teoria à prática”           | 60h            | Rita de Oliveira<br>Ericler Ouedraogo |
| <b>3º Ciclo Formativo (60h)</b> |                                                                                                  |                |                                       |
| 26/10/24 a 17/11/24             | Disciplina 4: “Atendimento Educacional Especializado (AEE): construção coletiva e participativa” | 30h            | Elisangela Mercado                    |
| 22/11/24 a 8/12/24              | Disciplina 5: “Projeto Político-Pedagógico (PPP): participação e aprendizagem”                   | 30h            | Paulo dos Santos                      |
| <b>4º Ciclo Formativo (10h)</b> |                                                                                                  |                |                                       |
| 16/12/2024                      | Seminário de encerramento                                                                        | 10h            | Fernando Pimentel                     |
| 31/12/2025                      | Extensão do prazo para o recebimento das atividades dos cursistas                                | -              |                                       |



Cada disciplina do GESTinclusão abrangeu o desenvolvimento do material didático, a apresentação desse material, planejamento de avaliações e correção das mesmas. Para tanto, foram contratados cinco professores-pesquisadores especialistas nos conteúdos que seriam abordados. Outros dois professores-pesquisadores foram responsáveis somente por apoiar o desenvolvimento dos materiais didáticos e para fazer a revisão desses materiais.

A equipe do GESTinclusão também contou com a atuação de catorze tutores, cada um responsável por uma turma com, em média, 22 cursistas. O acompanhamento dos cursistas pelos tutores no AVA envolveu diversas estratégias, incluindo a análise das atividades curriculares – considerando realização, participação e frequência dos cursistas –, a revisão das avaliações no SIMEC, além de reuniões e encontros (individuais e coletivos) conduzidos por meio do *Google Meet* e *WhatsApp*. Além disso, foram elaboradas planilhas de monitoramento, permitindo um acompanhamento detalhado do progresso das turmas e de cada cursista.

Os tutores foram supervisionados e formados pela coordenadora de formação e pela supervisora. Essas profissionais realizaram ainda o processo de caracterização do perfil dos cursistas visando identificar as principais barreiras relacionadas às aprendizagens conceituais e procedimentais indicadas no ementário do curso, foi realizado um diálogo permanente com os professores com objetivo de



ajustar procedimentos relacionados aos processos avaliativos dos ciclos formativos. Foram conduzidos:

- Cinco encontros virtuais formativos/tutorias com os professores de cada uma das cinco disciplinas curriculares. Estiveram presentes os 14 (catorze) tutores, supervisora, formadora, coordenadora do curso, equipe de tecnologia e acessibilidade. O objetivo dos encontros foi realizar discussões conceituais e procedimentais acerca do acompanhamento pedagógico dos cursistas para atender as peculiaridades de aprendizagem e de acesso ao AVA, bem como identificar as principais necessidades de acessibilidade a todo material disponível no AVA. Também se refletiu sobre possibilidades de ajustes procedimentais às atividades avaliativas com o objetivo de garantir a permanência e engajamento do cursista no GESTInclusão; e
- Cinco encontros virtuais entre as equipes GESTInclusão e cada um dos tutores em durante as cinco disciplinas curriculares, totalizando 70 (setenta) encontros foram realizados. O objetivo foi identificar possibilidades e dificuldades relacionadas ao acompanhamento dos cursistas no desenvolvimento de cada uma das disciplinas.



Ao longo do curso, os tutores promoveram 70 encontros virtuais com seus respectivos cursistas, registrados na plataforma *Google Meet*, além de mais de 900 interações via *WhatsApp*, permitindo um acompanhamento contínuo dos processos de ensino e aprendizagem durante os ciclos formativos. As atividades avaliativas, elaboradas a partir do desenvolvimento dos componentes curriculares e mediadas pelos professores-pesquisadores, foram realizadas individualmente pelos cursistas sob a supervisão de seus tutores. Para fortalecer o engajamento, foram adotadas estratégias de prevenção à evasão, além de ações de busca ativa para reintegrar cursistas que haviam interrompido sua participação (Tabela 3).

Possivelmente, as estratégias descritas na Tabela 3 contribuíram para a taxa de 22,5% de cancelamento de matrícula do GESTinclusão (Bağrıacık Yılmaz; Karataş, 2022; Rahmani *et al.*, 2024), a qual é considerada uma baixa já que a evasão média observada nos cursos desta modalidade no Brasil, que se concentram na faixa de até 40% (ABED, 2024).



**Tabela 3 - Principais dificuldades dos cursistas e estratégias utilizadas pela Equipe GESTinclusão**

| Dificuldade                                                                                                                       | Estratégia Utilizada                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|  Carga de trabalho elevada                       | Contato direto via videochamada, WhatsApp ou ligação para reforçar a relevância das atividades.<br>Flexibilização de prazos para entrega de atividades.<br>Lembretes periódicos no WhatsApp e no AVA.<br>Reuniões interativas para reforço dos conteúdos mais desafiadores.                                                                                                                                                                                                                               |
|  Doença                                          | Atendimento personalizado pela equipe administrativa.<br>Ajuste de prazos conforme a necessidade do cursista.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
|  Cumprir prazos de entrega                       | Contato personalizado para entender dificuldades e oferecer suporte.<br>Reforço das diretrizes e importância das atividades.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
|  Longo período sem acessar o AVA                 | Monitoramento ativo dos acessos e participação no AVA para a identificação precoce dos cursistas em risco de evasão.<br>Busca ativa via mensagens e ligações para oferecer suporte educacional personalizado e identificar necessidades individuais.<br>Reenvio de orientações sobre uso da plataforma.<br>Encaminhamento de materiais complementares.                                                                                                                                                    |
|  Dúvidas sobre o desenvolvimento das disciplinas | Tutores disponíveis para esclarecimento de dúvidas em até 48h, com reforço por meio de sessões síncronas.<br>Fórum de dúvidas no AVA para compartilhamento de respostas.<br>Sessões síncronas para reforço de conteúdos e suporte.                                                                                                                                                                                                                                                                        |
|  Acesso e uso de recursos tecnológicos           | Agendamento de tutorias personalizadas, com espelhamento de tela, conforme disponibilidade do cursista, para o ensino de habilidades digitais básicas para a participação no curso.<br>Disponibilização de tutoriais em vídeo e PDF para orientar a navegação no AVA.<br>Capacitação para a equipe GESTinclusão sobre o uso de tecnologias digitais.                                                                                                                                                      |
|  Falta de engajamento e motivação              | Envio de camisetas do GESTinclusão para cada cursista e depoimentos de cursistas que concluíram o curso.<br>Feedback contínuo e estímulo à participação em grupos interativos no WhatsApp<br>Encontros interativos para fortalecer a integração entre os participantes.<br>Aulas síncronas para fortalecer as possibilidades de interação entre estudantes e professores.<br>Adaptações no design do AVA e implementação de avaliações socialmente relevantes e alinhadas ao conteúdo de cada disciplina. |



Um designer foi contratado para elaborar o projeto de comunicação e os recursos audiovisuais na área gráfica, digital e de desenho industrial (marca, logotipo, layout de publicações, sites, materiais didáticos e videoaulas). Também fez parte da equipe GESTinclusão um editor de vídeo que produziu e editou videoaulas e materiais audiovisuais, e que gestionou as redes sociais do curso.

Dois profissionais ficaram encarregados da administração do AVA, atuando na integração de docentes e cursistas no *Moodle* da universidade, na estruturação do curso na plataforma, na gestão das inscrições e no acompanhamento do progresso dos participantes e do desenvolvimento dos módulos. Além disso, prestaram assessoria contínua a tutores e professores. Outra profissional foi responsável pelo suporte na organização dos produtos acadêmicos gerados pelos cursistas ao longo das disciplinas.

Como já foi dito, as estratégias para dirimir o risco de evasão foram implementadas por uma equipe composta por diversos profissionais, resultando no fato de que, dos cursistas do GESTinclusão com inscrições homologadas, 77,5% concluíram a formação. A acessibilidade, que é um dos fatores determinantes para a adesão aos cursos Educação a Distância (EaD) (Bağrıacık Yılmaz; Karataş, 2022; Rahmani *et al.*, 2024), foi um dos princípios fundamentais do curso. Desde o início, medidas foram adotadas para garantir a participação de todos, incluindo interpretação em



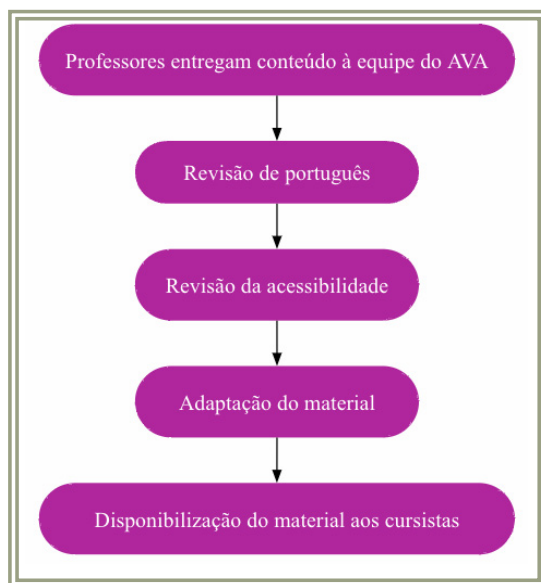
Língua Brasileira de Sinais (Libras) nas videoaulas, legendas automáticas, transcrição de slides e textos alternativos para imagens. Além disso, a interface do AVA foi adaptada para oferecer contraste ajustável, tamanhos de fonte variados e navegação simplificada, atendendo às necessidades de pessoas com deficiência (PcD) visual ou com dificuldades de leitura.

Os materiais didáticos do curso foram adequados por uma revisora de português e adaptados para PcD Visual por dois especialistas. Contou-se também com a tradução-interpretação de LIBRAS de todo o GESTInclusão, feita por dois profissionais tradutores e intérpretes de LIBRAS, conforme orienta a Lei 14.704/23 (Brasil, 2023) que dispõe acerca da necessidade de revezamento de dois ou mais profissionais e/ou repouso para a manutenção da garantia de um trabalho de qualidade durante a tradução e interpretação.

Entendendo a acessibilidade como elemento transversal, toda a equipe envolvida na produção do curso recebeu orientações sobre a importância de se pensar nas diferentes necessidades para uma formação inclusiva, sendo estabelecido um fluxo de atividades para a adaptação dos materiais (Figura 1).



**Figura 1** - Fluxograma do procedimento de adaptação dos materiais



**Fonte:** Elaboração própria das organizadoras (2025)

Foi elaborado um documento de orientação para docentes e tutores, em vídeo e texto, abordando a acessibilidade na construção de materiais e apresentações de aula. O conteúdo incluía diretrizes sobre tipos e tamanhos de fontes, uso adequado de imagens, velocidade da fala, descrição de elementos visuais e autodescrição. Essas orientações eram enfatizadas em reuniões com tutores e docentes, onde também eram esclarecidas dúvidas e revisadas as descrições individuais que seriam apresentadas. Além disso, foram realizadas diversas adaptações nos materiais, conforme ilustrado na Tabela 4.

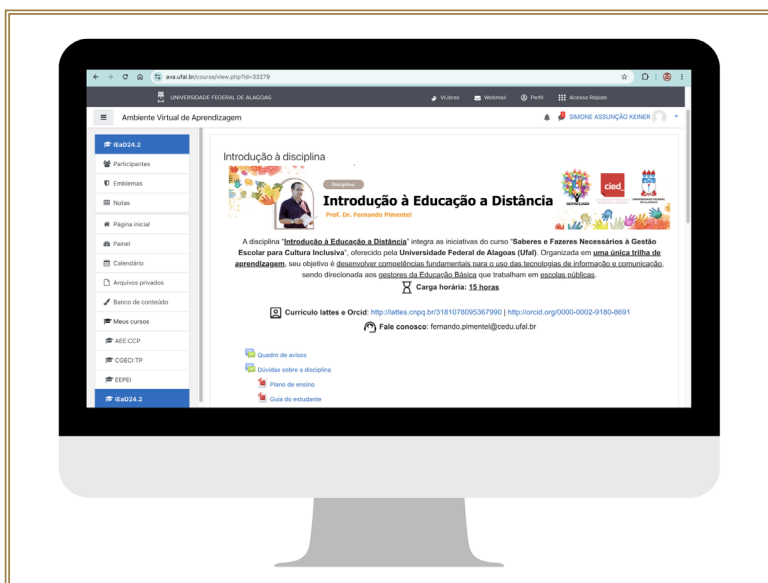
**Tabela 4 - Adaptações para acessibilidade no GESTInclusão**

| Adaptação                                        | Objetivo                                                                                                      | Público Beneficiado                                                                  |
|--------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------|
| • Mudança de contraste                           | Aumentar o contraste para tornar o conteúdo mais legível e acessível                                          | Pessoas com baixa visão e dislexia                                                   |
| • Aumento e/ou mudança de fontes                 | Facilitar a leitura, tornando-a mais confortável e acessível                                                  | Pessoas com dislexia ou baixa visão                                                  |
| • Retirada de efeitos visuais excessivos         | Minimizar distrações e prevenir sobrecarga sensorial                                                          | Pessoas com TDAH ou hipersensibilidade                                               |
| • Ampliação e descrição de imagens               | Melhorar a compreensão de elementos visuais                                                                   | Pessoas com baixa visão e deficiência visual                                         |
| • Descrição em texto alternativo                 | Garantir um acesso igualitário ao conteúdo digital                                                            | Pessoas com deficiência visual que utilizam leitores de tela                         |
| • Legendas em vídeos                             | Facilitar a compreensão do conteúdo sonoro                                                                    | Pessoas surdas, com deficiência auditiva ou dificuldades de compreensão oral         |
| • Janela de interpretação em Libras              | Assegurar acessibilidade linguística em vídeos para usuários de LIBRAS                                        | Pessoas surdas que utilizam LIBRAS como primeira língua                              |
| • Audiodescrição em vídeos e imagens             | Tornar elementos visuais acessíveis a pessoas com deficiência visual                                          | Pessoas com deficiência visual                                                       |
| • Links distintos para vídeos com audiodescrição | Oferecer diferentes formatos para atender às necessidades individuais dos cursistas                           | Pessoas com deficiência visual e outros públicos que se beneficiam da audiodescrição |
| • Estudos para tradução em LIBRAS                | Assegurar que a tradução para LIBRAS preserve a fidelidade lexical, semântica e pragmática da língua original | Pessoas surdas que utilizam LIBRAS como primeira língua                              |



Além das adaptações nos materiais didáticos, foram realizadas melhorias na arquitetura pedagógica do AVA. Logo ao acessar a plataforma, o cursista encontrava na tela informações essenciais sobre a disciplina, incluindo um *banner* com seu título, o nome do professor, elementos visuais representativos do projeto GESTInclusão e uma foto do docente responsável (Figura 2).

**Figura 2** - Visão da primeira parte da tela da disciplina  
Introdução à Educação a Distância



**Fonte:** AVA/Ufal (2024).

Os tópicos foram apresentados em uma sequência lógica, começando com problematizações que incentivavam os cursistas a refletir sobre desafios reais da gestão escolar inclusiva. Em seguida, eram disponibilizados conteúdos teóricos e materiais de apoio, organizados na seção saberes e descobertas. Finalmente, os cursistas deveriam aplicar os conhecimentos adquiridos na seção desafios, onde realizavam atividades avaliativas e interagiam com os tutores. Em seguida, os cursistas podiam ver:

1. A descrição sobre o percurso didático-pedagógico com:
  - Nome da disciplina e o projeto que está vinculada;
  - Objetivo de aprendizagem a partir da trilha de aprendizagem;
  - Carga-horária do componente curricular;
  - Endereço eletrônico do Currículo Lattes do professor;
  - E-mail de contato direto com a secretaria do curso ou com o professor do componente curricular.
2. Interações enquanto comunicações restritas ao percurso que os estudantes deveriam realizar, discernidas em:
  - Quadro de avisos: comunicações sobre datas dos encontros síncronos e das atividades avaliativas, assim como avisos institucionais da gestão, tutores e professores;



- Dúvidas sobre a disciplina: também em formato de fórum, se destinando às questões restritas aos processos pedagógicos. Nesse espaço de interação e interatividade, o professor dialogava com o propósito de sanar eventuais indagações sobre o processo avaliativo, compreensão sobre o conteúdo e demais estruturas;
- Plano de ensino e Guia do estudante: em formato de arquivo PDF, foi disponibilizado o plano de ensino com a descrição metodológica da disciplina e o guia do estudante com o passo a passo do componente curricular, com o cronograma e os critérios de avaliação das atividades;
- Caderno de estudos: portfólio com modelos de estratégias apresentadas a cada disciplina, envolvendo financiamento, adesão e gestão de recursos da política nacional para a construção de uma escola acessível. Esse recurso foi apresentado somente no GESTinclusão e não no PPI-TEA ou no SAEE.

Em seguida, rolando a tela para baixo, os cursistas poderiam ver o tópico por nome “Trilha de Aprendizagem”, seção destinada ao processo cognoscente do componente curricular. Nessa etapa, podiam ser vistos os tópicos:



- **Problematização:** nesse item, o professor apresentava uma situação-problema baseada em contextos reais relacionados ao eixo temático da disciplina, buscando promover a aprendizagem. Essa construção é indissociável da relação entre o conteúdo teórico e sua aplicação;
- **Saberes e descobertas:** se refere ao espaço dedicado ao conteúdo teórico que dá suporte à resolução da situação-problema. Nesse tópico, foram inseridas as unidades de ensino com os aspectos conceituais, sociais e políticos;
- **Desafios:** o lugar de socialização e entrega de atividades avaliativas, solucionadas ou constituídas pelos estudantes ao final do processo pedagógico;
- **Mentorias:** espaço destinado aos links das aulas síncronas ou encontros síncronos.

Nessa conjuntura, os recursos explorados e a distribuição dos tópicos foram organizados de maneira sistemática, com a situação-problema iniciando o processo cognitivo desde narrativas contextualizadas e os saberes e descobertas como referencial e apoio teórico a respeito da situação-problema.

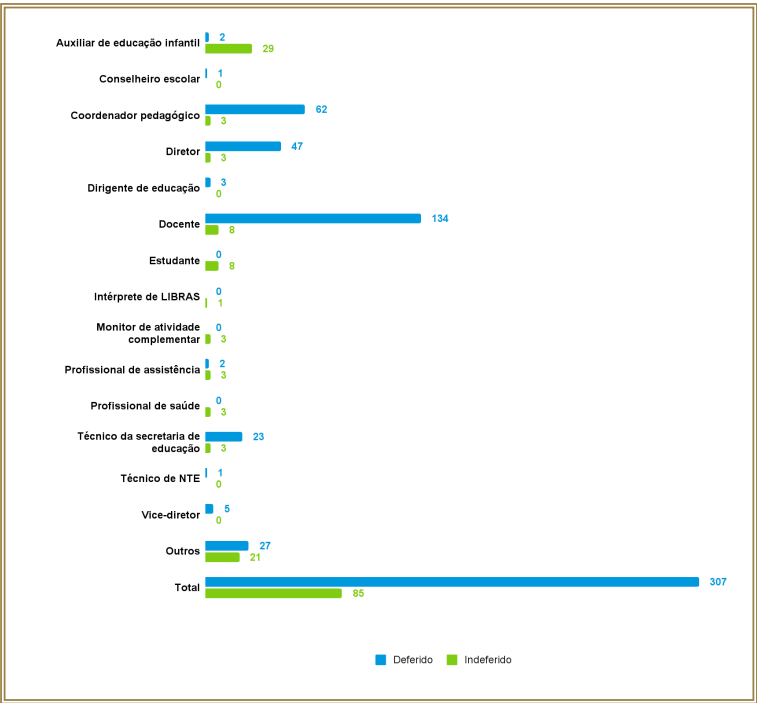
Os gestores da Educação Básica da rede pública foram o principal público-alvo do GESTInclusão. Embora o curso disponibilizasse 350 vagas, foram homologadas 307 inscrições entre as 392 recebidas, após a abertura do Edital Nº 01/2024.



Dentre os inscritos homologados, houve uma representatividade significativa de gestores educacionais (Figura 3).

Devido a atrasos nas tratativas entre o MEC e a Ufal, alguns cursistas desistiram da formação, o que levou à ampliação do público elegível. Assim, além das vagas destinadas aos gestores e docentes, o curso também foi aberto a outros profissionais que, embora não integrassem diretamente a equipe gestora ou docente, atuavam na comunidade escolar e poderiam se beneficiar da capacitação.

**Figura 3** - Número de inscrições deferidas e indeferidas por categoria e lista do vínculo com rede das funções em exercício do inscrito

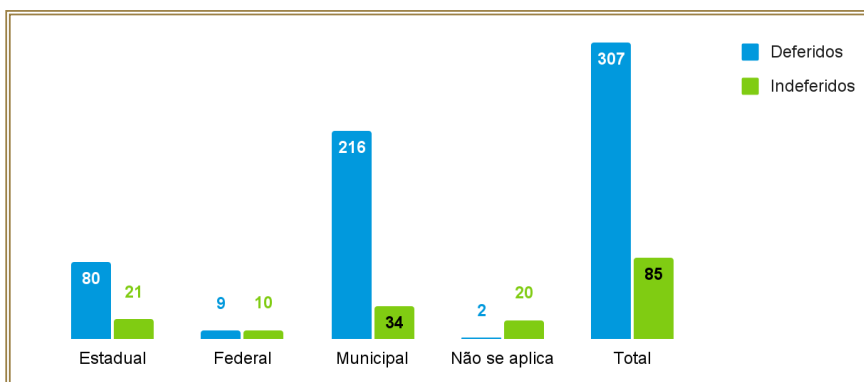


**Fonte:** Elaboração própria das organizadoras (2025)



Das 392 inscrições, 80.46% foram do sexo feminino, 57% se autodeclararam como sendo de raça parda e 4% indicaram possuir deficiência. Sobre a rede de ensino na qual os inscritos atuavam, observou-se que a maioria (63.78%) era de instituição municipal e a minoria de instituição de origem Federal (4.85%) (Figura 4). Com relação ao vínculo desses inscritos, a maioria era de concursados/efetivos/estáveis e a minoria tinha contrato terceirizado (2%).

**Figura 4** - Número de inscrições deferidas e indeferidas por vínculo com a rede de ensino

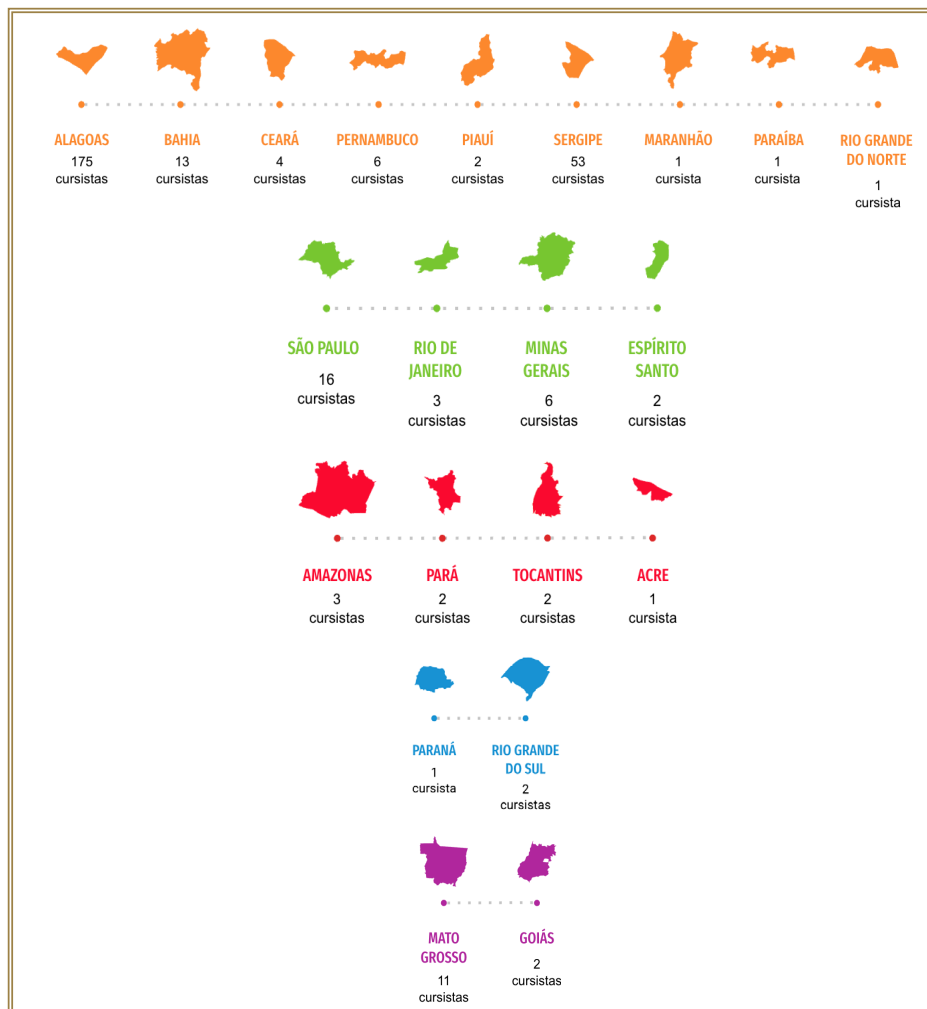


**Fonte:** Elaboração própria das organizadoras (2025)

Foram atendidos 112 municípios brasileiros. Na região norte, foram atendidos 6 municípios, nordeste 69 municípios, centro-oeste 7 municípios, sudeste 27 municípios e sul 03 municípios (Figura 5). As inscrições homologadas se originaram de todas as cinco regiões do Brasil, sendo

majoritariamente do Nordeste (84%), com 57% oriundos do Estado de Alagoas.

**Figura 5 - Número de inscrições por estado**



**Fonte:** Elaboração própria das organizadoras (2025)

## REFERÊNCIAS

ABED. **Censo EAD.BR**: relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil 2020. Curitiba: InterSaberes, 2022.

BAĞRIAÇIK YILMAZ, A.; KARATAŞ, S. **Why do open and distance education students drop out?** Views from various stakeholders. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s41239-022-00333-x>. Acesso em: 24 jan. 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.704, de 25 de outubro de 2023**. Altera a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, para dispor sobre o exercício profissional e as condições de trabalho do profissional tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Art. 8º, parágrafo único. 2023. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2023-2026/2023/Lei/L14704.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14704.htm). Acesso em: 24 jan. 2025.

HUG, T. **Didactics of microlearning**. Münster, Alemanha: Waxmann, 2007.

MUNHOZ, A. S. **ABP**: aprendizagem baseada em problemas: ferramentas de apoio ao docente no processo de ensino e aprendizagem. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

RAHMANI, A. M.; GROOT, W.; RAHMANI, H. **Dropout in online higher education**: a systematic literature review. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s41239-024-00450-9>. Acesso em: 24 jan. 2025.

RIBEIRO, L. R. C. **Aprendizagem baseada em problema (PBL)**: uma experiência no ensino superior. São Carlos: EdUFSCar, 2010.



# CAPÍTULO 3

## PRIMEIROS PASSOS DO GESTInclusão: 1º CICLO FORMATIVO

Deyvid Dias Marinho  
Ana Paula Monteiro Sanches  
Fernando Silvio Cavalcante Pimentel

O Seminário de Abertura marcou o início do curso GESTInclusão, reunindo autoridades e profissionais para apresentar sua estrutura e objetivos. Em seguida, a primeira disciplina, Introdução à Educação a Distância, preparou os cursistas para o uso do AVA da Ufal e da plataforma *Moodle*. Mais detalhes sobre o seminário e a disciplina serão apresentados a seguir.

### **Seminário de Abertura**

O Seminário de Abertura contou com a presença de diversas autoridades e profissionais envolvidos no curso, reforçando a importância da formação. Entre os participantes, destacaram-se o reitor da Ufal, professor Dr. Josealdo Tonholo; a coordenadora geral do GESTInclusão, professora Dra. Chrystiane Vasconcelos Andrade Toscano; o coordenador da Coordenadoria Institucional de Educação a

Distância da Ufal (Cied), professor Dr. Fernando Pimentel; o pró-reitor de Extensão da Ufal (PROEX-Ufal), professor Dr. Cezar Nonato Bezerra Candeias; o pró-reitor Estudantil da Ufal (PROEST-Ufal), Alexandre Lima Marques da Silva; a coordenadora do Curso de Audiodescrição, Danielly Spósi-to; bem como os profissionais responsáveis pela tradução e interpretação de LIBRAS, Vanessa Costa Santos e Rorierth Grigório Souza Silva.

Além de ser acessível aos participantes videntes, surdos ou ouvintes, o Seminário de Abertura também foi disponibilizado com audiodescrição para garantir a acessibilidade de pessoas com deficiência visual.

Cumprindo o objetivo de permitir aos cursistas que conhecessem a dinâmica do GESTinclusão nos seus aspectos estruturais e funcionais de base teórica-metodológica e de avaliação, o ementário do Seminário de Abertura foi caracterizado pela apresentação da equipe do curso, dos objetivos e dos procedimentos da proposta de formação.

## **Introdução à educação a distância**

A primeira disciplina do GESTinclusão foi voltada para a apresentação de conceitos e procedimentos iniciais sobre o AVA da Ufal e sobre a plataforma *Moodle*. Visando capacitar os participantes no desenvolvimento de habilidades essenciais para o uso das tecnologias de informação e



comunicação digitais, os temas abordados incluíram: 1) os conceitos e a importância do AVA na EaD; e 2) as funcionalidades e recursos do *Moodle* no processo de formação.

**Verifique aqui os materiais de base para essa disciplina:**

-  [Plano de ensino;](#)
-  [Guia do estudante;](#)
-  [Slides da aula;](#)
-  Aula com tradução e interpretação em [LIBRAS](#) e com [audiodescrição](#).

Os cursistas foram orientados a realizar uma série de atividades para aprofundar seu aprendizado. Inicialmente, deveriam se apresentar no fórum de interação, respondendo a questões como: qual sua identidade, local de residência, tempo de experiência no magistério (caso aplicável), interesses pessoais e expectativas em relação à disciplina. Além disso, era necessário interagir com pelo menos dois colegas, comentando suas apresentações.

Outro requisito envolvia a participação em uma discussão assíncrona sobre EaD. Para isso, os cursistas deveriam refletir sobre o tema e enviar uma mensagem diretamente ao tutor da turma, compartilhando sua compreensão sobre o conceito de EaD.



Como parte da avaliação, foi solicitada a elaboração de um texto sobre Tecnologia, EaD e a formação de educadores. O documento poderia ser produzido em qualquer software de edição de texto e deveria demonstrar a compreensão do cursista sobre os temas abordados.

Ao longo desta disciplina, assim como nas demais, os cursistas foram incentivados a participar dos encontros síncronos de tutoria, nos quais poderiam tirar dúvidas e receber orientações sobre as atividades avaliativas. Esses encontros ocorriam em horários previamente estabelecidos por cada tutor e eram divulgados nos grupos de *WhatsApp* da turma. Além disso, era fundamental que os cursistas estudassem os materiais indicados no plano de ensino, pois o conteúdo serviria de base para a realização das atividades propostas.



**Para saber mais, leia as referências da disciplina  
“Introdução à Educação a Distância”:**

BARRETO, Raquel G. (org.). **Tecnologias educacionais e educação a distância:** avaliando políticas e práticas. Rio de Janeiro: Quartet, 2001. BELONNI, Maria L. Educação à distância. Campinas: Autores Associados, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. **O que é educação a distância?** 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/355-perguntas-frequentes-911936531/educacao-a-distancia-1651636927/12823-o-que-e-educacao-a-distancia>. Acesso em: 23 mar. 2020.



DIAS, Simone Regina *et al.* **Práticas inovadoras em metodologias ativas.** Florianópolis: Contexto Digital, 2017.

EDUCAÇÃO e inovação. **Aula 1** - Tecnologias Digitais e Educação. 2023. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=GvcKH3PL70k&ab\\_channel=CiedUfal](https://www.youtube.com/watch?v=GvcKH3PL70k&ab_channel=CiedUfal). Acesso em: 13 jan. 2025. EDUCAÇÃO e inovação. **Aula 2** - Tecnologias Digitais e Educação. Ano. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=dqdpB\\_aKrPs&ab\\_channel=CiedUfal](https://www.youtube.com/watch?v=dqdpB_aKrPs&ab_channel=CiedUfal). Acesso em: 13 jan. 2025.

FORMAÇÃO de professores e tecnologias digitais: Episódio 1. [Locução de] Fernando Silvio Cavalcante Pimentel. 2024. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/3xMXWq-zJsrUvEkVLxdwnS5?si=zl7XurWT5Kwy3BweUrLzw>. Acesso em: 15 jul. 2024.

FORMAÇÃO de professores e tecnologias digitais: Episódio 2. [Locução de] Fernando Silvio Cavalcante Pimentel. 2024. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/6GKnAcY-Q8LIUDNT9VXDMXe?si=6a9bec8708cc46d7>. Acesso em: 15 jul. 2024.

FORMAÇÃO de professores e tecnologias digitais: Episódio 3. [Locução de] Fernando Silvio Cavalcante Pimentel. 2024. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/3Y69QuKg-7Dxd78DQQHChFy?si=840db4ca93f9423a>. Acesso em: 15 jul. 2024.

FORMAÇÃO de professores e tecnologias digitais: Episódio 4. [Locução de] Fernando Silvio Cavalcante Pimentel. 2024. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/1TZHtRPJ-j1zUAqY3O4v1RP?si=ab560366bdc140bb>. Acesso em: 15 jul. 2024.



FORMAÇÃO de professores e tecnologias digitais: Episódio 5. [Locução de] Fernando Silvio Cavalcante Pimentel. 2024. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/2sQJruSi-1Pe1byUtjEmspA?si=44312c144f344249>. Acesso em: 15 jul. 2024.

FORMAÇÃO de professores e tecnologias digitais: Episódio 6. [Locução de] Fernando Silvio Cavalcante Pimentel. 2024. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/3PBSWO-a9HVUG7hvQ33WJt3?si=04935038a58f4598>. Acesso em: 15 jul. 2024.

MATERIAL complementar - Educação e Inovação - 02 - LI-BRAS. 2023. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=UUW2Kt-\\_bso&ab\\_channel=PPI-TEA](https://www.youtube.com/watch?v=UUW2Kt-_bso&ab_channel=PPI-TEA). Acesso em: 13 jan. 2025.

MERCADO, Luís P.; VIANA, Maria A. **Vivências com aprendizagem na Internet**. Maceió: Edufal, 2005.

PALLOFF, Rena; PRATT, Keith. **O aluno virtual**: um guia para trabalhar com. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PIMENTEL, Fernando S. C. Letramento digital na cultura digital: o que precisamos compreender? **Revista Edapeci: Educação a Distância e Práticas Educativas Comunicacionais e Interculturais**, v. 18, p. 7-16, 2018.

PIMENTEL, Fernando Silvio Cavalcante. **Educação e Inovação**. Aula 1 - Tecnologias Digitais e Educação. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Gv-cKH3PL70k&t=64s>. Acesso em: 15 jun. 2023.

PIMENTEL, Fernando Silvio Cavalcante. **Educação e Inovação**. Aula 2 - Tecnologias Digitais e Educação. 2023. Dispo-



nível em: [https://www.youtube.com/watch?v=dqdPB\\_aKrPs](https://www.youtube.com/watch?v=dqdPB_aKrPs).  
Acesso em: 15 jun. 2023.

PIMENTEL, Fernando Silvio Cavalcante. **Interação online:** um desafio da tutoria. Maceió: Edufal, 2013.

PIMENTEL, Fernando Silvio Cavalcante (org.) *et al.* **A evasão discente em cursos de graduação e pós-graduação da UAB/Ufal.** 2023. Disponível em: <https://www.edUfal.com.br/ebooks/2024112685051940.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2025.

SILVA, Marco (org.). **Educação on-line.** São Paulo: Loyola, 2003.

SILVA, Marcos; SANTOS, Edméa. **Avaliação da aprendizagem em educação online.** São Paulo: Loyola, 2006.

TORI, Romero. **Educação sem distância.** São Paulo: Senac, 2010.



## **CAPÍTULO 4**

### **CAMINHOS TEÓRICOS E PRÁTICOS DA GESTÃO ESCOLAR NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: 2º CICLO FORMATIVO**

Rita de Cássia Magalhães de Oliveira  
Ericler Oliveira Gutierrez Ouedraogo  
Lívia de Moura Costa Cipola

Este capítulo apresenta uma exposição detalhada de duas disciplinas fundamentais para a compreensão da Educação Inclusiva: “Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” e “Caminhos para a Gestão Escolar na Cultura Inclusiva: Da Teoria à Prática”. A primeira disciplina abordou os marcos legais e históricos da Educação Especial no Brasil, destacando a evolução dos paradigmas da inclusão e os princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA).

A segunda disciplina, por sua vez, focou na gestão escolar inclusiva, explorando os desafios e estratégias para a implementação de práticas acessíveis e democráticas no ambiente educacional. Nos tópicos a seguir, essas discipli-

nas serão aprofundadas, evidenciando sua relevância para a promoção da equidade e acessibilidade na educação.

## **Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**

A disciplina “Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” teve como foco os marcos legais que fundamentam a Educação Especial sob a ótica inclusiva. Foram abordados documentos normativos essenciais, como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015), garantindo o direito à educação para todos. Também foram discutidos os princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), baseados na literatura especializada (Sebastián-Herredero, 2020) e nos debates sobre acessibilidade e inclusão no Brasil (Gabrilli, 2007).

O principal objetivo da disciplina foi capacitar os cursistas a reconhecer os marcos legais da Educação Especial no contexto inclusivo (Brasil, 2008, 2015, 2024) e compreender sua relação com as práticas pedagógicas inclusivas (Batista, 2024). Destacou-se o papel do conhecimento científico na construção da escola como espaço de diversidade, reflexão e promoção da justiça social e equidade (Onu, 1994; Silva, 1999).



## Verifique aqui os materiais de base para a disciplina:

-  [Plano de ensino;](#)
-  [Guia do estudante;](#)
-  [Slides da aula 1;](#)
-  [Slides da aula 2;](#)
-  [Caderno de estudos;](#)
-  Aula 1 [com](#) e [sem](#) audiodescrição;
-  Aula 2 [com](#) e [sem](#) audiodescrição;
-  Vídeo de respostas da professora às questões dos cursistas com [audiodescrição](#) e com tradução e interpretação em [LIBRAS](#).

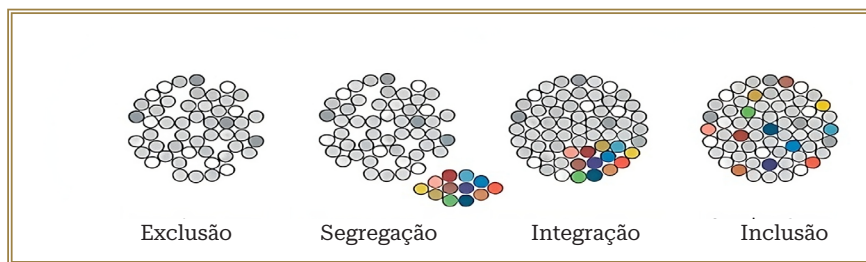
Foi essencial promover a abordagem histórica para compreender a evolução das políticas de inclusão e os marcos legais contemporâneos nessa trajetória (Brasil, 1988, 2015, 2024). A disciplina analisou a visão histórica sobre pessoas com deficiência, desde a Antiguidade até a Idade Média. Na Grécia e Roma antigas, eram frequentemente marginalizadas, enquanto no Egito Antigo há registros de cuidados de pessoas com limitações físicas e sensoriais. Durante a Idade Média, o clero via a deficiência como punição divina ou uma oportunidade para caridade, o que resultou em tratamentos de rejeição ou supervalorização, além da criação de instituições assistenciais (Brasil, 2011).

A disciplina também abordou a evolução dos paradigmas sociais sobre a deficiência (Brasil, 2008). O “Pa-



radigma da Exclusão”, predominante até o século XIX, foi substituído pelo “Paradigma da Segregação”, que priorizava a institucionalização assistencialista. No século XX, emergiu o “Paradigma da Integração” – centrado na cura da deficiência – e o “Paradigma da Inclusão” – que considera as barreiras ambientais como os principais desafios enfrentados pelas pessoas com deficiência. Esse último paradigma fundamenta a Educação Inclusiva e o DUA, promovendo o acesso igualitário ao aprendizado (Sebastián-Heredero, 2020).

**Figura 6** - Evolução dos paradigmas sociais sobre a deficiência



**Fonte:** Adaptado de: [https://inclusion4schools.eu/discussion/education- community/](https://inclusion4schools.eu/discussion/education-community/)

Foi enfatizado o impacto de marcos legais internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), na construção de políticas de inclusão escolar, especialmente a partir das décadas de 1980 e 1990. No Brasil, esse processo se consolidou com a Constituição Federal de 1988, que garantiu a educação

como um direito universal, incluindo a educação para pessoas com deficiência (Brasil, 1988). O artigo 208 da Constituição assegura o atendimento educacional especializado na rede regular de ensino como um dever do Estado (Brasil, 1988; Brasil, 1996), em consonância com os princípios de igualdade e acessibilidade (Brasil, 2015).

A disciplina detalhou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), fundamental para a educação inclusiva (Brasil, 1996). Influenciada pela Declaração de Salamanca (ONU, 1994), a LDBEN garante que a educação especial ocorra preferencialmente na rede regular de ensino, com apoio especializado, quando necessário (Brasil, 2008). A formação de professores para a inclusão também foi abordada, ressaltando a importância da acessibilidade ao ensino (Brasil, 2023) e da flexibilização curricular promovida pelo DUA (Sebastián-Herederó, 2020).

A evolução legislativa trouxe avanços significativos, como a Lei 12.796/13, que ampliou a perspectiva inclusiva em todas as etapas da educação (Brasil, 2014), e a Lei 14.191/21, que garantiu a educação bilíngue para pessoas surdas e a adaptação de materiais didáticos (Brasil, 2015). Contudo, o Decreto 10.502/2020 gerou controvérsias ao sugerir a volta das escolas “especiais”, o que foi interpretado como um retrocesso. Em resposta, o Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu o decreto, evidenciando as tensões



entre políticas públicas e os avanços da inclusão escolar (Brasil, 2023).

A trajetória dos marcos legais reflete um avanço contínuo na ampliação da inclusão, buscando garantir o direito à educação para todos, independentemente de suas condições (Brasil, 1988, 2015, 2024). A disciplina propôs uma reflexão crítica sobre como os princípios do DUA podem ser aplicados (Sebastián-Heredero, 2020) para tornar o ambiente escolar mais democrático e acessível. Apesar dos desafios, as leis existentes são fundamentais para fortalecer a acessibilidade e a igualdade na educação, promovendo uma sociedade mais inclusiva para as pessoas com deficiência (Brasil, 1996; 2001; 2014).



**Para saber mais, leia as referências da disciplina “Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva”:**

ACESSIBILIDADE e desenho universal: conceitos, tendências e desafios. 2023. Disponível em: [https://www.confea.org.br/sites/default/files/antigos/palestra\\_acessibilidade\\_sergiopaulodasilveira.pdf](https://www.confea.org.br/sites/default/files/antigos/palestra_acessibilidade_sergiopaulodasilveira.pdf). Acesso em: 22 fev. 2025.

BATISTA, Renata Pereira. **Educação especial: como tornar uma escola inclusiva**. São Paulo: Panda Educação, 2024.

BRASIL. **Acessibilidade na Câmara**: terminologia sobre deficiência na era da inclusão. 2011. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/responsabilidade-social-e-ambiental/>



[acessibilidade/glossarios/terminologia-sobre-deficiencia-na-  
-era-da-inclusao](#). Acesso em: 22 fev. 2025.

BRASIL. **Atendimento educacional especializado:** deficiência física. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aeedf.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2025.

BRASIL. **Censo Escolar.** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 1988. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/constituicoes-brasileiras>. Acesso em: 22 fev. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 10.185, de 20 de dezembro de 2019.** Extingue cargos efetivos vagos e que vierem a vagar dos quadros de pessoal da administração pública federal e veda a abertura de concurso público e o provimento de vagas adicionais para os cargos que especifica. 2019. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/D10185.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10185.htm). Acesso em: 22 fev. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 11.370, de 1º de janeiro de 2023.** Revoga o Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, que institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. 2023. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2023-2026/2023/Decreto/D11370.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Decreto/D11370.htm). Acesso em: 22 fev. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto



nº 6.253, de 13 de novembro de 2007. Brasília: Câmara dos Deputados, 2008.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil** – Parte 3. 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YO7sy4FCaCc>. Acesso em: 22 fev. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Plano Nacional de Educação – PNE. Brasília: Palácio do Planalto, 2001.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Plano Nacional de Educação – PNE. Brasília: Palácio do Planalto, 2014.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 22 fev. 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.880, de 4 de junho de 2024**. Institui a Política Nacional de Atendimento Educacional Especializado a Crianças de Zero a Três Anos (Atenção Precoce). 2024. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2024/lei/L14880.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14880.htm). Acesso em: 22 fev. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 22 fev. 2025.



BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacaoespecial.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2025.

GABRILLI, Mara. *Desenho universal: um conceito para todos*. 2007.

Disponível em: [https://www.maragabrilli.com.br/wp-content/uploads/2016/01/universal\\_web-1.pdf](https://www.maragabrilli.com.br/wp-content/uploads/2016/01/universal_web-1.pdf). Acesso em: 22 fev. 2025.

ONU. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. 2006. Disponível em: <https://www.fundacaodorina.org.br/a-fundacao/deficiencia-visual/convencao-da-onu-sobre-direitos-das-pessoas-com-deficiencia/>. Acesso em: 22 fev. 2025.

ONU. **Declaração de Salamanca**. 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2025.

ONU. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, 1990.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos – DUDH**. 1948. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/direitos-humanos/declaracao/>. Acesso em: 22 fev. 2025.

SEBASTIÁN-HEREDERO, Eladio. Diretrizes para o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-54702020v26e0155>. Acesso em: 22 fev. 2025.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.



## **Caminhos para gestão escolar na cultura inclusiva: da teoria à prática**

A disciplina “Caminhos para a Gestão Escolar na Cultura Inclusiva: Da Teoria à Prática” foi a terceira do curso GESTInclusão, e teve como objetivo central proporcionar aos cursistas uma compreensão aprofundada dos conceitos e princípios da diversidade e dos direitos humanos, com ênfase na construção de uma gestão escolar inclusiva (Brasil, 2008). Ao longo da disciplina, os participantes foram capacitados para identificar as principais barreiras físicas e atitudinais à acessibilidade escolar, com base em suas experiências como gestores, além de desenvolverem estratégias para criar um ambiente escolar inclusivo, alinhado aos princípios da diversidade e dos direitos humanos (Freire, 2014).

Para atingir o objetivo geral, a disciplina foi dividida em duas partes, cada uma abordando aspectos fundamentais da gestão escolar inclusiva. A primeira parte foi mais teórica e teve como foco os conceitos essenciais da diversidade, dos direitos humanos e da acessibilidade, visando permitir que os cursistas identificassem barreiras físicas e atitudinais para a construção de escolas acessíveis (Pletsch *et al.*, 2023). Além disso, buscou-se prepará-los para elaborar estratégias de gestão escolar que pudessem promover uma cultura inclusiva e garantir o atendimento às necessidades de todos os estudantes. Os cursistas foram



incentivados a analisar as possibilidades de aproximação entre teoria e prática na educação, conceituar diversidade e direitos humanos, reconhecer a acessibilidade como um direito fundamental, entendendo como ela pode ser implementada na prática escolar (ONU, 1948).

**Verifique aqui os materiais de base para a primeira parte da disciplina:**

- ➔ [Plano de ensino](#);
- ➔ [Guia do cursista](#);
- ➔ [Slides da aula 1](#);
- ➔ [Slides da aula 2](#);
- ➔ [Caderno de estudos](#);
- ➔ Aula 1 [com](#) e [sem](#) audiodescrição;
- ➔ Aula 2 [com](#) e [sem](#) audiodescrição;
- ➔ [Vídeo de respostas](#) às perguntas dos cursistas.



No âmbito da **primeira parte da disciplina**, a construção de uma cultura escolar inclusiva foi abordada como um processo contínuo e fundamental para garantir a igualdade de oportunidades a todos os estudantes. A reflexão sobre a diversidade não se limitou a questões de etnia ou gênero, mas também incluiu as diferenças cognitivas, físicas e sensoriais dos estudantes (Vigotski, 1998). A inclusão,

portanto, foi entendida como uma transformação abrangente na forma como a educação é oferecida, envolvendo adaptações tanto nas práticas pedagógicas quanto nas demais atitudes dos educadores e dos outros membros da comunidade escolar (Libâneo, 2004).

Uma das atitudes que contribuem para a construção de uma cultura escolar inclusiva foi relacionada à frase “Nada sobre nós, sem nós”, amplamente utilizada por pessoas com deficiência, é um exemplo claro dessa luta. Originada em 1962, a frase ganhou relevância mundial em 1981, com o Ano Internacional das Pessoas com Deficiência, e se consolidou ao longo do tempo como um importante marco político e filosófico (Brasil, 2011). Essa frase foi exposta na disciplina por refletir a ideia de que é fundamental que os gestores escolares escutem primeiro as pessoas com deficiência e depois suas famílias quando se trata de decisões que afetam sua educação e inclusão na sociedade, reforçando o direito à participação ativa em todas as esferas da vida (Brasil, 2015).

Esse princípio de inclusão deve ser aplicado em todos os aspectos da educação, sendo crucial que as práticas pedagógicas estejam sempre entrelaçadas com a teoria (Freire, 2014). A formação docente não deve ver a teoria e a prática como áreas isoladas, mas como componentes complementares de um processo contínuo de aprendizagem. Os cursistas foram apresentados a ideia de que a prática deve



ser embasada pela teoria, enquanto a teoria, por sua vez, para responder aos pressupostos que se propõe, necessita de revisão contínua, na prática.

Nesse sentido, foi exposto aos cursistas que a prática educativa se torna mais eficiente à medida que se reflete constantemente sobre o que é feito, buscando sempre aprimorar o processo de ensino-aprendizagem. Essa reflexão se estendeu também ao conceito de diversidade, que deve ser reconhecido e valorizado em sua pluralidade no ambiente escolar (Vigotski, 1998). A diversidade não se limita somente às questões de etnia ou gênero, mas abrange uma gama de diferenças que inclui as condições cognitivas, físicas e sensoriais dos estudantes (Pletsch *et al.*, 2023). Ao acolher essas diferenças, a escola se torna um espaço de respeito e de valorização da dignidade humana, onde todos têm a oportunidade de se desenvolver (ONU, 1948). A inclusão, portanto, não é somente uma adaptação curricular, mas uma transformação na maneira como a educação é oferecida, criando ambientes que atendem às necessidades de todos os estudantes, independentemente de suas particularidades (Brasil, 2015).

Esse compromisso com a inclusão deve ser fundamentado em princípios mais amplos, como os direitos humanos, que garantem a igualdade de todos os indivíduos, independentemente de sua origem, condição ou características pessoais (ONU, 1948). A Declaração Universal dos Di-



reitos Humanos (ONU, 1948) foi apresentada na disciplina como um marco central para a garantia do direito à educação inclusiva, por afirmar que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. No contexto da educação, isso implica que os gestores devem se mobilizar para a garantia de acesso igualitário à aprendizagem e à participação plena na vida escolar, especialmente para os estudantes da educação especial que, por muitas vezes, foram e permanecem sendo excluídos em diversos contextos (Brasil, 2014).

A formação de gestores escolares foi destacada ao longo da disciplina como um elemento chave nesse processo, visto que eles têm a responsabilidade de liderar a implementação de práticas inclusivas e garantir que todos, estudantes, professores e famílias, se envolvam ativamente na promoção da inclusão e da acessibilidade (Libâneo *et al.*, 2017). A acessibilidade é aspecto fundamental para que os gestores criem e sustentem a inclusão social com equidade para todos e todas, estabelecendo-se como um direito fundamental garantido pela Constituição (Brasil, 1988), e sua implementação é respaldada por diversas legislações (Brasil, 2015). O Decreto n.º 6.949, de 2009, que ratifica a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, assegura que as pessoas com deficiência possam viver de forma independente e participar plenamente da vida social, econômica e política (Brasil, 2009).



Nesse contexto, os cursistas entenderam que, além do respaldo legal, a acessibilidade abrange diversas dimensões (Brasil, 2008). Essas dimensões podem ser classificadas de maneiras diferentes, mas, em geral, incluem aspectos atitudinais, arquitetônicos, metodológicos, programáticos, de transporte, digitais, naturais, comunicacionais e instrumentais (Pletsch *et al.*, 2023). Cada uma dessas dimensões visa evidenciar e oportunizar a remoção de barreiras específicas, como a falta de infraestrutura adequada ou atitudes discriminatórias, promovendo um ambiente inclusivo para todos, independentemente das limitações que possam ter (Brasil, 2011).

A conexão dos princípios e tipos de acessibilidade com os princípios do DUA endossa que todos os estudantes tenham acesso equitativamente às diversas oportunidades de aprendizagem e ao conhecimento sistematizado até a contemporaneidade (Pletsch *et al.*, 2023). No âmbito da educação, o DUA propõe que o ensino seja estruturado de forma flexível e adaptável, atendendo às necessidades de todos os estudantes, com ou sem deficiência (Brasil, 2008). A integração dos princípios de acessibilidade com o DUA permite que os estudantes tenham acesso equitativo ao conteúdo curricular e às oportunidades de aprendizagem, favorecendo uma verdadeira cultura de inclusão escolar (Barbosa, 2019).



Para promover a integração dos princípios de acessibilidade com o DUA, os gestores precisam estar inseridos em um contexto que preconize uma “gestão escolar democrática” (Brasil, 1988; Brasil, 1996; Brasil, 2014; Libâneo *et al.*, 2017), em que haja, por exemplo: 1) o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais; 2) a participação e a consulta de profissionais da educação, estudantes e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos; e 3) o desenvolvimento de programas de formação de gestores escolares.

A **segunda parte da disciplina** foi mais prática, complementando a primeira – mais teórica –, e trazendo um aprofundamento sobre possibilidades de construção da gestão democrática, a qual poderia orientar com mais sustentabilidade a Educação Inclusiva (Paro, 1996). A gestão escolar democrática pressupõe que o trabalho dos gestores não envolva somente aspectos operacionais, mas também teria uma conotação pedagógica (Libâneo, 2004). Além disso, pressupõe, tal como antes mencionado, a participação dos indivíduos no processo de organização e coordenação das ações na escola (Libâneo *et al.*, 2017).



## Verifique aqui os materiais de base para a segunda parte da disciplina:

- ➡ [Plano de ensino](#);
- ➡ [Guia do cursista](#);
- ➡ [Slides das aulas 1 e 2](#);
- ➡ [Caderno de estudos](#);
- ➡ Aula 1 [com](#) e [sem](#) audiodescrição;
- ➡ Aula 2 [com](#) e [sem](#) audiodescrição;

A partir destas considerações, foram iniciados estudos de caso que ilustraram práticas de gestão democrática e a aplicação de estratégias como o DUA, de modo que os cursistas pudessem compreender suas responsabilidades enquanto gestores de escolas que atendem o público da educação especial (Pletsch *et al.*, 2023). Um dos estudos de caso apresentados na disciplina foi o relato da professora Ericler Oliveira Gutierrez sobre sua experiência como intérprete educacional em uma escola de Brasília, onde os estudantes surdos enfrentavam dificuldades para participar de atividades como simulados. A solução, implementada com a colaboração da gestão escolar, consistiu na capacitação dos professores e na garantia de que as adaptações necessárias fossem feitas para assegurar a participação dos estu-



dantes surdos (Brasil, 2005). Esse caso ilustra a importância da acessibilidade atitudinal, que pode ser fundamental para a inclusão efetiva de estudantes com deficiência (Brasil, 2011).

Outro estudo de caso, apresentado pela vice-diretora Ana Ester Soares de Oliveira, abordou a gestão de uma escola que atendia estudantes da educação especial, incluindo um estudante com TEA que estava cursando o primeiro ano na escola e que havia acabado de mudar de estado (Brasil, 2008). O estudante apresentava fragilidades como não conseguir sentar, levantar, não reconhecer professores e não ter vínculo social. Nesse contexto, a gestão escolar teve o papel de fazer o primeiro contato com a família do estudante para que fosse explicado como se dariam os atendimentos e fosse criado um vínculo com os responsáveis (Barbosa, 2019). A gestão também apresentou a escola ao estudante, explicou os horários de sua rotina e as atividades que o mesmo faria, garantindo que o estudante tivesse compreendido. Após um mês e meio, o estudante conseguiu progressos importantes na questão social, de reconhecimento e vínculo com os professores. Também fez progresso em relação à questão básica e funcional de sentar-se e levantar-se. Nesse estudo de caso, a acessibilidade comunicacional e a abordagem flexível e adaptativa da gestão escolar foram apontadas como ferramentas essenciais para garantir que



o estudante pudesse se integrar de forma bem-sucedida ao ambiente escolar (Pletsch *et al.*, 2023).

Outros relatos de estudos de caso discutiram a implementação de adaptações para alunos com deficiência visual, surdez e TEA, enfatizando a importância da acessibilidade física, metodológica e comunicacional, por meio da implementação do DUA (Pletsch *et al.*, 2023), do Plano de Ensino Individualizado (Barbosa, 2019), e de outras estratégias pedagógicas. Um exemplo foi o caso de uma estudante com deficiência visual que teve acesso a pisos táteis e placas em Braille, permitindo sua locomoção autônoma na escola (Brasil, 2007).

Em outro estudo de caso, a adaptação curricular e a introdução de profissionais especializados foram cruciais para garantir a participação plena de estudantes surdos com diferentes repertórios nas atividades pedagógicas de uma aula de história (Brasil, 2005). A acessibilidade com os princípios do DUA avaliza que todos os estudantes tenham acesso equitativamente às diversas oportunidades de aprendizagem e ao conhecimento sistematizado até a contemporaneidade (Pletsch *et al.*, 2023).

Esses estudos de caso ilustraram que a gestão escolar inclusiva não é somente responsabilidade dos professores especializados, mas envolve todos os membros da comunidade escolar, em especial os gestores (Libâneo *et al.*, 2017).



A continuidade da formação de gestores, com base nas experiências compartilhadas durante a disciplina, reforçou a necessidade de que a acessibilidade, tanto física quanto pedagógica, seja constantemente avaliada e adaptada, garantindo que a escola se torne um ambiente cada vez mais inclusivo (Brasil, 2014).



**Para saber mais, leia as referências da disciplina  
“Caminhos para gestão escolar na cultura inclusiva:  
da teoria à prática”:**

BAKHTIN, Mikhail (V.N. Volochinov). **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Editora Hucitec, 2010.

BAKHTIN, Mikhail. **Para uma filosofia do ato responsável**. Austin: University of Texas Press, 1993.

BARBOSA, Vânia Benvenuti. **Conhecimentos necessários para elaborar o Plano Educacional Individualizado - PEI**. 2019. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/570204/2/Produto%20Educacional.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2025.

BRASIL. **Acessibilidade na Câmara**: terminologia sobre deficiência na era da inclusão. 2011. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/responsabilidade-social-e-ambiental/acessibilidade/glossarios/terminologia-sobre-deficiencia-na-era-da-inclusao>. Acesso em: 24 jan. 2025.

BRASIL. **Atendimento educacional especializado**: deficiência física. 2007. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee\\_df.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_df.pdf). Acesso em: 24 jan. 2025.



BRASIL. **Censo Escolar**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 24 jan. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm). Acesso em: 24 jan. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinado em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm). Acesso em: 24 jan. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 10.185, de 20 de dezembro de 2019**. Extingue cargos efetivos vagos e que vierem a vagar dos quadros de pessoal da administração pública federal e veda a abertura de concurso público e o provimento de vagas adicionais para os cargos que especifica. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/D10185.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10185.htm). Acesso em: 24 jan. 2025.

BRASIL. **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yv1dnuGgn2k&t=71s>. Acesso em: 24 jan. 2025.



BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1996. Disponível em: <https://livraria.senado.leg.br/ldb>. Acesso em: 24 jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência. 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 24 jan. 2025.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducuespecial>. Acesso em: 24 jan. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

GERALDI, João Wanderley. **Ancoragens:** estudos bakhtinianos. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola:** teoria e prática. São Paulo: Heccus Editora, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar:** políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2017.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 24 jan. 2025.



PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar:** introdução crítica. São Paulo: Cortez, 1996.

PLETSCH, Márcia Denise (org.). **Acessibilidade e desenho universal na aprendizagem.** 2023. Disponível em: <https://encontrografia.com/acessibilidade-e-desenho-universal-na-aprendizagem/>. Acesso em: 24 jan. 2025.

VIGOTSKI, Lev Semenovitch. **Pensamento e linguagem** São Paulo: Martins Fontes, 1998.



# **CAPÍTULO 5**

## **CONSTRUÇÃO COLETIVA E PARTICIPATIVA PARA ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: 3º CICLO FORMATIVO**

Paulo Antônio dos Santos Júnior  
João Peroba de Azevêdo Neto  
Elisangela Leal de Oliveira Mercado

As disciplinas “Atendimento Educacional Especializado (AEE): construção coletiva e participativa” e “Projeto Político-Pedagógico (PPP): participação e aprendizagem” apresentaram conteúdos que desempenham um papel fundamental na qualificação dos gestores da Educação Básica, promovendo a construção de escolas mais inclusivas e equitativas. A primeira aborda a gestão e o financiamento do AEE, destacando a importância da aplicação eficiente dos recursos para a inclusão escolar, enquanto a segunda enfatiza a participação da comunidade na construção do PPP, garantindo que o planejamento pedagógico contemple a diversidade e a democratização do ensino. A seguir, cada uma dessas disciplinas será pormenorizada em termos de conteúdo, objetivos e impactos na gestão educacional.

## **Atendimento Educacional Especializado (AEE): construção coletiva e participativa**

A oportunidade de que gestores de educação discutam a Política Nacional de Financiamento da Educação Básica desempenha um papel crucial para garantir a equidade no acesso à educação, ao aumentar as chances de aplicação de recursos em programas que favoreçam a inclusão e a permanência dos estudantes da educação especial no sistema educacional. Para assegurar que os gestores compreendam e utilizem esses recursos de maneira eficaz, a disciplina “Atendimento Educacional Especializado (AEE): construção coletiva e participativa” teve como foco a análise dos conceitos e características da administração escolar nas ações do AEE, especialmente no que se refere à gestão de recursos para a criação de uma escola inclusiva e anticapacitista.

A estrutura curricular da disciplina foi organizada para proporcionar aos gestores um entendimento aprofundado sobre os documentos normativos da Política Nacional de Financiamento da Educação Básica, bem como estratégias para financiamento e administração de recursos voltados à educação inclusiva. Além disso, a disciplina incluiu tópicos essenciais, como o Programa Escola Acessível e o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), com ênfase na implementação e gestão das salas de recursos multifuncionais.



## Verifique aqui os materiais de base para a disciplina:

- [Plano de ensino](#); [Guia do cursista](#);
- [Slides](#) da aula 1;
- [Caderno de conteúdo](#);
- Aula 1 com [audiodescrição](#) e com [LIBRAS](#);
- Aula 2 com [audiodescrição](#) e [LIBRAS](#) e [sem](#) audiodescrição e LIBRAS;
- Vídeo de respostas às questões dos cursistas com [audio-descrição](#) e [LIBRAS](#) e [sem](#) audiodescrição e LIBRAS.

No início da disciplina, os gestores foram apresentados ao arcabouço legal da educação brasileira, com destaque para a Lei nº 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e define as responsabilidades dos diferentes níveis de governo na distribuição de recursos para a Educação Básica. A partir dessa introdução, foram exploradas as três principais fontes de financiamento da educação no Brasil:

- Recursos vinculados constitucionalmente, que representam a parcela mais significativa do financiamento da Educação Básica;



- Salário-educação, uma contribuição social das empresas e entidades vinculadas ao Regime Geral da Previdência Social;
- Empréstimos internacionais, provenientes de bancos e associações, que reforçam os investimentos no setor educacional brasileiro.

A disciplina destacou como essas fontes impactam diretamente a implementação de políticas inclusivas nas escolas. Dentre os recursos vinculados constitucionalmente, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) foi abordado em profundidade. Para os gestores compreenderem a estrutura e a importância desse fundo, foi apresentado um panorama da história da Política Nacional Financeira para a Educação Básica, iniciando pela Emenda Calmon (Emenda Constitucional nº 24/1983), que estabeleceu um patamar mínimo de investimento em educação. No entanto, somente com a LDB/1996 foi possível atribuir responsabilidades jurídicas aos entes federados pelo cumprimento desses investimentos.

A disciplina também explorou a transição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) para o FUNDEB, a partir da Emenda Constitucional nº 53/2006. Essa mudança ampliou a abrangência do financiamento para todas as eta-



pas da Educação Básica, assegurando recursos não somente para o Ensino Fundamental, mas também para a Educação Infantil, o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Com essa ampliação, houve um avanço significativo na inclusão de estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento (TGD) e altas habilidades/superdotação, regulamentada pela Lei nº 11.494/2007, que possibilitou a contabilização da matrícula no Atendimento Educacional Especializado (AEE), garantindo um financiamento mais equitativo para a inclusão escolar.

A partir de 2020, com a regulamentação do Novo FUNDEB pela Emenda Constitucional nº 108, esse fundo ganhou caráter permanente e se consolidou como a principal política de financiamento da Educação Básica Pública no Brasil, representando mais de 60% dos recursos estaduais e municipais destinados à educação. O Novo FUNDEB manteve o princípio da dupla matrícula para estudantes com deficiência, permitindo que as matrículas no AEE fossem contabilizadas além da matrícula na turma comum, assegurando um repasse maior de recursos para o financiamento da educação inclusiva.

Após essa introdução à Política Nacional de Financiamento da Educação Básica, os gestores cursistas aprofundaram-se em programas executados pelo FNDE, órgão responsável pela captação de recursos e execução das prin-



cipais políticas educacionais. Dentre os programas analisados na disciplina, destacam-se:

- Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – responsável pelo repasse de recursos para a alimentação escolar;
- Programa Caminho da Escola – apoio à aquisição de veículos para transporte de estudantes da Educação Básica;
- Programa Nacional do Livro e Material Didático (PNLD) – destinado à distribuição de materiais pedagógicos;
- Programa Formação pela Escola (FPE) – formação continuada para profissionais da educação e gestores públicos;
- Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo) – incentivo ao uso de tecnologias na educação pública; e
- Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) – destinação de recursos para a infraestrutura e projetos pedagógicos.

A disciplina enfatizou o PDDE, um dos mecanismos mais relevantes para a gestão de recursos na Educação Inclusiva. O PDDE fornece recursos financeiros diretamente às escolas para melhorias na infraestrutura física e pedagógica, abrangendo desde pequenos reparos até aquisição de



materiais e equipamentos essenciais. Os cursistas aprenderam que esses recursos podem ser utilizados para:

- Aquisição de materiais permanentes e de consumo;
- Reformas e adequações para acessibilidade;
- Implementação de projetos pedagógicos e avaliações de aprendizagem; e
- Desenvolvimento de atividades educacionais voltadas à inclusão.

Além disso, foi abordado o Programa Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), regulamentado pelo PDDE, cujo objetivo é apoiar a aquisição de materiais e equipamentos para o Atendimento Educacional Especializado, garantindo condições adequadas para a inclusão de estudantes com deficiência.

Outra iniciativa analisada foi o Programa Diversidades, que visa garantir o acesso, a permanência e a participação de estudantes surdos, surdocegos e com deficiência auditiva em escolas bilíngues e classes bilíngues de surdos. A formação dos gestores para a correta aplicação desses recursos foi um dos pilares da disciplina, capacitando-os para implementar políticas inclusivas de maneira eficiente.

Ao longo do curso, ficou evidente que a compreensão das políticas de financiamento e a capacidade de gerir recursos adequadamente são fundamentais para garantir a inclusão escolar. O estudo detalhado do FUNDEB, PDDE e



dos programas do FNDE proporcionou aos gestores ferramentas práticas para transformar suas escolas em espaços acessíveis e inclusivos, assegurando que os estudantes com necessidades educacionais especiais tenham não somente acesso à escola, como também às condições reais de aprendizado e permanência.

Dessa forma, a disciplina “Atendimento Educacional Especializado (AEE): construção coletiva e participativa” contribuiu significativamente para a qualificação dos gestores da Educação Básica, promovendo a aplicação eficiente dos recursos públicos e a construção de um ambiente escolar verdadeiramente inclusivo e equitativo.



**Para saber mais, leia as referências da disciplina “Atendimento Educacional Especializado (AEE): construção coletiva e participativa”:**

BRASIL. Congresso Nacional. Constituição da República do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm). Acesso em: 24 jan. 2025.

BRASIL. Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, regulamenta a Lei nº 11.494, de 20 de junho



de 2007, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2007.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.** Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinado em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm). Acesso em: 24 jan. 2025.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 108, de 26 de agosto de 2020. Altera a Constituição Federal para estabelecer critérios de distribuição da cota municipal do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), para disciplinar a disponibilização de dados contábeis pelos entes federados, para tratar do planejamento na ordem social e para dispor sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 ago. 2020.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 24, de 1º de dezembro de 1983. Estabelece a obrigatoriedade de aplicação anual, pela União, de nunca menos de treze por cento, e pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, de, no mínimo, vinte e cinco por cento da renda resultante dos impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 dez. 1983. Acesso em: 8 mar. 2025.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006. Dá nova redação aos arts. 7, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições



Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2006.

BRASIL. Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2007.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2014.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 24 jan. 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020**. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; revoga dispositivos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007; e dá outras providências. Brasília, DF, 2020.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1996.

BRASIL. Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1996.



BRASIL. **Manual de orientação:** Novo FUNDEB. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/financiamento/fundeb/ManualNovoFundeb2021.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Guia de execução dos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola.** 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pdde/media-pdde/manuais/GuiaDeExecuodosRecursosdoPDDE.Verso2023.28.09.2023.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **PDDE Interativo Manual.** 2023. Disponível em: <https://pddeinterativo.mec.gov.br/imagens/pdf/manuais/manual-pdde-interativo-2023.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/Seesp, 2008.

FRANÇA, M. G. O financiamento da educação especial no âmbito dos fundos da educação básica: Fundef e Fundeb. **Educar em Revista**, n. 58, p. 271-286, out./dez. 2015.

INEP. **Declaração de pessoas com deficiência ao Censo Escolar | 1ª etapa do Censo Escolar 2024.** [Vídeo]. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=ruHMH-E-UbE&ab\\_channel=InepOficial](https://www.youtube.com/watch?v=ruHMH-E-UbE&ab_channel=InepOficial). Acesso em: 24 jan. 2025.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 24 jan. 2025.



SOUZA, M. L.; ALVES, F. A.; MORAES, G. H. (org.). **Custo Aluno Qualidade (CAQ)**. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2021.

SOUZA, M. M. *et al.* Educação especial e o Fundeb: histórico, balanço e desafios. **FINEDUCA - Revista de Financiamento da Educação**, v. 10, n. 28, 2020.

### **Projeto Político-Pedagógico (PPP): participação e aprendizagem**

A educação brasileira avança em termos de inclusão e democratização, mas ainda há limitações para o progresso da escola. Um dos principais obstáculos para a construção de um ambiente democrático e inclusivo é a falta de uma cultura de participação e mobilização da comunidade escolar e do seu entorno nas discussões e processos decisórios. O Projeto Político-Pedagógico (PPP) surge como uma oportunidade para a comunidade escolar praticar a democracia, pois sua construção envolve a colaboração de todos os membros da escola.

O PPP é um documento com diretrizes para a organização do trabalho pedagógico. Assim sendo, é por meio dele que a escola deve explicitar os seus objetivos, bem como os procedimentos que deverão ser implementados para alcançá-los.



No Brasil, o trabalho pedagógico deve ser inclusivo. Para a construção de uma escola inclusiva, é necessário que a gestão escolar tenha bases teóricas e metodológicas que orientem as práticas pedagógicas em direção à inclusão. Desse modo, no início da disciplina “Projeto Político-Pedagógico (PPP): participação e aprendizagem”, se fez necessário explicitar o conceito de gestão, também chamada de administração escolar (Santos Júnior, 2019), para em seguida encaminhar as reflexões acerca de uma concepção de administração escolar que contribuísse para a construção de uma escola inclusiva.

### **Verifique aqui os materiais de base para a disciplina:**

- [Plano de ensino](#);
- [Guia do estudante](#);
- [Caderno de estudos](#);
- [Slides](#) das aulas 1 e 2;
- Aula 1 com [audiodescrição](#) e [LIBRAS](#);
- Aula 2 com [audiodescrição](#) e [LIBRAS](#);
- Vídeo de respostas às questões dos cursos [com](#) e [sem](#) audiodescrição e com [LIBRAS](#).

A administração no contexto escolar é uma atividade humana que permite a produção de conhecimentos e



técnicas que organizam o trabalho pedagógico e moldam a sociedade (Paro, 2012; Saviani, 2005; Santos Júnior, 2019). Tal como antes mencionado, a organização do trabalho pedagógico diz respeito à organização global do trabalho desenvolvido na escola e tem a sua expressão no PPP (Santos Júnior, 2019). Nesse sentido, a ementa da disciplina “Projeto Político-Pedagógico (PPP): participação e aprendizagem” propôs-se a abordar a construção participativa do PPP, com ênfase na avaliação crítica do processo educativo e a implementação de práticas inclusivas.

Especialmente após a Constituição de 1988 (Brasil, 1988), a legislação educacional brasileira tem avançado no sentido de promover uma educação capaz de atender às necessidades de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Ao longo da disciplina, foram contemplados diversos marcos legais que contribuem para a organização e implementação das políticas educacionais inclusivas em nosso país.

A observação dos marcos legais se faz necessária enquanto a escola não goza de soberania, isto é, ela não pode planejar e implementar ações à revelia do sistema do qual faz parte. Todavia, as normatizações oficiais não dão conta do dinamismo expresso pelas diferentes formas de convívio social no cotidiano escolar (Paro, 2014). As condutas das pessoas e grupos sociais que compõem a comunidade es-



colar, bem como seus costumes e expectativas, são diversas e escapam à ordem oficialmente instituída na escola.

Nesse contexto, orientou-se aos cursistas do GESTinclusão que a construção do PPP com vistas à inclusão deve considerar, além dos dispositivos legais concernentes à educação (e.g., Brasil, 1988; 2013; 2014; 2023) e a realidade concreta da escola, refletindo as diversidades e as necessidades da comunidade escolar e de seu entorno. Há seis elementos para construção de um PPP inclusivo: 1) a realização de um diagnóstico da realidade escolar; 2) a criação de objetivos; 3) o estabelecimento de uma estrutura física que atenda as necessidades de todos os estudantes; 4) uma boa relação entre as dimensões administrativa e pedagógica; 5) a criação de um currículo; e 6) a avaliação institucional.

Foi ensinado na disciplina “Projeto Político-Pedagógico (PPP): participação e aprendizagem” que o diagnóstico da realidade escolar é o primeiro passo para a construção de um PPP, pois não se pode transformar o que não se conhece. Esse diagnóstico deve ser conduzido com a participação de toda a comunidade escolar, incluindo os estudantes matriculados na educação especial (Veiga, 2013), a fim de promover uma reflexão sobre os desafios e as condições existentes e de garantir que as ações educacionais estejam alinhadas com os interesses locais (Freitas, 2005). A partir daí a gestão, em conjunto com os demais membros da comunidade escolar e de seu entorno, pode estabelecer os



objetivos e planejar as ações no PPP com base nas questões sociais mais amplas que afetam os estudantes.

Além do estabelecimento de um diagnóstico da realidade escolar, outro elemento da construção de um PPP é instituir os objetivos da escola acerca de que tipo de cidadão e de sociedade a escola pretende formar. A fixação coletiva desses objetivos permite que todos os envolvidos compartilhem uma visão comum sobre os resultados educacionais desejados. Assim, a escola, ao definir seus objetivos, também reforça sua autonomia, refletindo sobre seu papel na formação cidadã e na promoção da justiça social.

A estrutura física da escola foi tratada na disciplina “Projeto Político-Pedagógico (PPP): participação e aprendizagem” como um terceiro aspecto crucial para a construção de um PPP inclusivo. Uma escola que pretende ser inclusiva precisa garantir que seu espaço físico esteja adequado para atender às diversas necessidades físicas, cognitivas e sensoriais dos estudantes. A adequação da estrutura não só favorece o aprendizado, mas também fortalece o senso de pertencimento dos estudantes à comunidade escolar, ajudando-os a desenvolver autonomia e autoestima.

Tanto quanto a acessibilidade no que diz respeito à mobilidade, a relação entre a administração e a pedagogia na escola precisa ser pensada integradamente para a construção de um PPP inclusivo. A administração escolar



deve apoiar o desenvolvimento das atividades pedagógicas, garantindo que os recursos necessários sejam adequadamente distribuídos e utilizados para atingir os objetivos educacionais (Santos Júnior, 2019). Com a finalidade de tratar da gestão participativa e avaliação inclusiva, durante a disciplina “Projeto Político-Pedagógico (PPP): participação e aprendizagem” se proporcionou ao cursista uma abordagem prática e contextualizada, com foco no desenvolvimento de estratégias de inclusão e de aprimoramento das competências de liderança educacional, estimulando a criação de portfólios que dessem ênfase às práticas de financiamento e gestão dos recursos necessários para a implementação de uma escola acessível.

Após considerar a relação administrativo pedagógica como um aspecto fundamental do estabelecimento de um PPP inclusivo, refletiu-se na disciplina “Projeto Político-Pedagógico (PPP): participação e aprendizagem” sobre o quinto aspecto para construção desse documento: a criação do currículo escolar. No currículo, se postulam as formas mais adequadas de apropriação dos conhecimentos produzidos e acumulados historicamente pela humanidade e materialização no âmbito do processo de ensino e aprendizagem. O currículo não pode ser visto como algo neutro, mas sim como algo que carrega uma ideologia que precisa ser identificada, sob pena de se comprometer os fins estabelecidos na organização do trabalho pedagógico (Freitas, 2005; Vei-



ga, 2013). Os gestores devem promover uma reflexão crítica sobre o currículo e sobre suas implicações ideológicas no processo de formação, do contrário coloca-se em risco a perspectiva de trabalho inclusivo, uma vez que o currículo tende a reproduzir a ideologia dominante na sociedade, cujas características são o autoritarismo e a desigualdade.

O último elemento apresentado na disciplina “Projeto Político-Pedagógico (PPP): participação e aprendizagem” como sendo fundamental para a formulação de um PPP inclusivo foi a avaliação institucional. Na avaliação institucional confrontam-se os objetivos propostos com o que de fato foi realizado, visando a tomada de decisão (Freitas, 2005). A avaliação institucional deve ser um processo contínuo de avaliação externa e de autoavaliação, onde todos os membros da comunidade escolar participam ativamente, garantindo que a escola se desenvolva com foco na melhoria do serviço prestado à população (Gadotti, s/d). A disciplina “Projeto Político-Pedagógico (PPP): participação e aprendizagem” também deu ênfase a essas práticas, ao propor: 1) técnicas de avaliação com foco na cultura inclusiva, proporcionando aos cursistas ferramentas para monitorar e ajustar as estratégias educacionais conforme as necessidades de seus estudantes; e 2) uso de recursos digitais na gestão escolar colaborativa, permitindo a adaptação do currículo e a implementação de estratégias de monitoramento que atendam às especificidades de todos.





### **Para saber mais, leia as referências da disciplina “Projeto Político-Pedagógico (PPP): participação e aprendizagem”:**

BATISTA, Leticia Alves; CARDOSO, Maykon Dhones de Oliveira. **Educação inclusiva:** desafios e percepções na contemporaneidade. 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/44/educacao-inclusiva-desafios-e-percepcoes-na-contemporaneidade>. Acesso em: 24 jan. 2025.

BRASIL. **Abordagens sobre educação inclusiva.** Brasília, DF: Ministério da Educação, 2020. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/585067/4/Abordagens%20Sobre%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Inclusiva.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 24 jan. 2025

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 2016.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais da educação básica.** Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Departamento de Desenvolvimento Curricular, 2013.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação básica.** [s.d.]. Disponível em: [https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/media/seb/pdf/d\\_c\\_n\\_educacao\\_basica\\_nova.pdf](https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/media/seb/pdf/d_c_n_educacao_basica_nova.pdf). Acesso em: 24 jan. 2025.



BRASIL. **LDB**: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Senado Federal, 2023. 63 p. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/642419/LDB\\_7ed.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/642419/LDB_7ed.pdf). Acesso em: 24 jan. 2025.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: Senado Federal, 2023.

BRASIL. **Planejando a próxima década**: conhecendo as vinte metas do Plano Nacional de Educação. 2014. Disponível em: [https://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne\\_conhecendo\\_20\\_metas.pdf](https://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf). Acesso em: 24 jan. 2025.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia. **Crítica y emancipación: Revista Latino-Americana de Ciências Sociais**, a. 1, n. 1, p. 53–76, jun. 2008.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Crítica da Organização do Trabalho Pedagógico e da Didática**. São Paulo: Papyrus, 2005.

GADOTTI, Moacir. **Avaliação institucional**: necessidade e condição para a sua realização. [S. l.]: s.n., [s.d.].

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2012.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. São Paulo, SP: Cortez, 2011.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar**: introdução crítica. São Paulo, SP: Cortez, 2012. 232 p.

PARO, Vitor Henrique. **Crítica da estrutura da escola**. São Paulo, SP: Cortez, 2011.



PARO, Vitor Henrique. **Educação como exercício de poder:** crítica ao senso comum em educação. São Paulo, SP: Cortez, 2014.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública.** São Paulo, SP: Ática, 2000. 119 p.

PASSOS, Ilma. **Projeto político-pedagógico e a organização do trabalho pedagógico.** 2014. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2014/01/PPP-segundo-Ilma-Passos.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2025.

SANTOS JÚNIOR, Paulo Antônio dos. **Organização do trabalho pedagógico e o trato com a diversidade na escola pública:** uma proposta de gestão escolar. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação e Diversidade) – Universidade do Estado da Bahia, Campus XIV, Conceição do Coité, 2019.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica:** primeiras aproximações. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In.: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). **Projeto político-pedagógico da escola:** uma construção possível. Campinas, SP: Papirus, 1998. p. 11-35.



# CAPÍTULO 6

## SABERES E FAZERES NECESSÁRIOS À GESTÃO ESCOLAR INCLUSIVA: SÍNTESE FORMATIVA

Simone Assunção Keiner  
Chrystiane Vasconcelos Andrade Toscano  
Lívia de Moura Costa Cipola

O presente capítulo tem como objetivo expor as atividades exigidas dos cursistas para a conclusão de cada disciplina, bem como as avaliações realizadas pelos próprios cursistas, tutores e demais membros da equipe do GESTinclusão acerca do curso. Além disso, inclui a descrição do Seminário de Encerramento do curso GESTinclusão e da produção de um documentário a partir de vídeos enviados voluntariamente pelos cursistas e por membros da equipe GESTinclusão.

### **Critérios e Processo de Avaliação das Atividades Feitas pelos Cursistas no Curso**

A avaliação dos cursistas ocorreu de forma processual, baseada em três critérios principais. A participação nos encontros síncronos das disciplinas foi registrada por

meio de assinatura e resposta ao questionário de avaliação, com pontuação de 0 a 1. A realização das atividades avaliativas curriculares, com pontuação de 0 a 7, considerou a execução das tarefas propostas. O engajamento em atividades complementares, como o seminário de encerramento, produção de vídeo documentário ou encontros de tutoria semanais, rendeu até 2 pontos. A Tabela 5 apresenta uma síntese dos desempenhos conforme esses critérios.

### **Análise do Curso: Percepções, Desafios e Aprimoramentos para a Administração Inclusiva**

Os conteúdos abordados no GESTinclusão foram pensados para instrumentalizar gestores e gestoras da educação básica pública, na área do desenho universal, para promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos e diversidade no contexto da cultura da inclusão.

Após a finalização do curso, questionários específicos de autoavaliação foram encaminhados para os tutores, cursistas e equipe do GESTinclusão. Com base nas respostas recebidas, uma síntese foi realizada no sentido de melhor compreender os pontos positivos e negativos do curso na perspectiva de cada grupo, para *feedback* das ações realizadas, possíveis ajustes a serem realizados e reflexão acerca da importância de todos os atores que compuseram esta formação continuada.



**Tabela 5 - Atividades avaliativas de cada disciplina (continua)**

| Disciplina                                             | Instruções da atividade avaliativa                                                                                                                                                                                                                              | Número de avaliações submetidas ao AVA | Nota média de quem fez os envios | Devolutivas por escrito apresentadas pelo professor e pelos tutores aos cursistas                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|--------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------|----------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Introdução à Educação a Distância                      | Elaborar um texto de uma página em qualquer programa de edição de texto sobre Tecnologia, EaD e Formação de Educadores. O texto devia ser salvo no formato PDF e disponibilizado no AVA, para a avaliação da tutoria.                                           | 261                                    | 93,51/100                        | <p>-Validações gerais (e.g., “Olá, (nome omitido)! Excelente atividade, conseguiu explicar os três tópicos pedidos e a relação entre eles com introdução, desenvolvimento e conclusão. Abraços!”);</p> <p>-Validações específicas (e.g., “Seu texto está bem estruturado e completo, trazendo apontamentos importantes sobre a preparação dos professores, o acesso adequado à internet e a disponibilidade dos dispositivos necessários. Meus parabéns! Continue assim!”);</p> <p>- Críticas (e.g., “Seu texto apresenta coerência, mas as informações precisam ser desenvolvidas com maior profundidade. Além disso, a organização do conteúdo pode ser aprimorada para garantir uma melhor fluidez na leitura. Recomendando estruturar as ideias de forma mais clara e seguir as normas da ABNT para padronizar a formatação e a apresentação do trabalho.”.</p> |
| Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva | Responder a um <a href="#">questionário</a> disponibilizado no AVA sobre o perfil da escola do cursista e de sua gestão, analisando dados institucionais e práticas inclusivas. Para ser aprovado, o cursista deveria responder o questionário dentro do prazo. | 275                                    | 100                              | As devolutivas foram apresentadas oralmente.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |



| Disciplina                                                             | Instruções da atividade avaliativa                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | Número de avaliações submetidas ao AVA | Nota média de quem fez os envios | Devolutivas por escrito apresentadas pelo professor e pelos tutores aos cursistas                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
|------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------|----------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Caminhos para gestão escolar na cultura inclusiva: da teoria à prática | <p><b>Atividade obrigatória da primeira parte da disciplina:</b></p> <p>Diagnosticar a inclusão na escola em que atua e preencher um quadro com estratégias viáveis. A avaliação considerou o preenchimento completo, coerência das propostas e envio no prazo, promovendo práticas inclusivas eficazes</p>                                                                                                                                                                                                              | 240                                    | 92,27/100                        | <p>- Validações gerais (e.g., “Olá, (nome omitido)! Vejo que sua atividade está com todos os tópicos solicitados pela professora. É muito bom saber que o seu planejamento foi realmente pensando no âmbito escolar.”)</p> <p>- Validações específicas (e.g., “Olá, (nome omitido)! Seu “diagnóstico inicial” esclarece que existe muita coisa a melhorar em sua escola, para que o processo de inclusão possa ser favorecido, não é mesmo? Gostaria de parabenizar pelas ações descritas em sua atividade, para as estratégias do desenvolvimento de uma cultura escolar inclusiva! Ações essas detalhadas, coerentes, atingíveis! Conseguiu deixar claro “o que” e “como fazer”, meus parabéns! Sugiro que, como indicou que tais ações ainda estão “pendentes”, assim que possível, as sugira em sua escola.”)</p> |
|                                                                        | <p><b>Atividade eletiva para aqueles que conseguiram entregar no prazo a atividade obrigatória da primeira parte da disciplina mas obrigatória para aqueles que não conseguiram:</b></p> <p>Elaborar estratégias de acessibilidade para inclusão escolar, considerando diferentes dimensões (atitudinal, arquitetônica, digital, comunicacional ou metodológica) e grupos-alvo. A avaliação baseou-se na escolha fundamentada da dimensão e público, clareza na descrição das estratégias e viabilidade da proposta.</p> | 122                                    | 9,73/10                          | <p>- Críticas (e.g., “Olá! Fico muito contente pela sua atividade, pois ao fazer a análise dela é possível notar que há uma relação das ações tomadas com o contexto do ambiente escolar. Só uma observação: é importante colocar os prazos que precisam ser seguidos.”).</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |



| Disciplina                                                                       | Instruções da atividade avaliativa                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | Número de avaliações submetidas ao AVA | Nota média de quem fez os envios | Devolutivas por escrito apresentadas pelo professor e pelos tutores aos cursistas                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
|----------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------|----------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Atendimento Educacional Especializado (AEE): construção coletiva e participativa | Responder a um <a href="#">questionário</a> avaliativo sobre a dupla matrícula de estudantes com deficiência e o direito ao Atendimento Educacional Especializado (AEE). Para alcançar uma avaliação satisfatória, o cursista deveria realizar a leitura dos documentos indicados (Nota Técnica, Glossário do INEP e vídeo explicativo), responder corretamente às questões com fundamentação nos materiais de estudo e garantir a entrega dentro do prazo estabelecido. | 247                                    | 9,05/10                          | <p>- Validações gerais (e.g., “Olá, (nome omitido)! A atividade apresenta informações coerentes com o Atendimento Educacional Especializado. Parabéns!”);</p> <p>-Validações específicas (e.g., “Oi, (nome omitido)! Sua atividade nesta disciplina atende ao que a professora solicitou. Foi ótimo que, na terceira questão, você destacou a importância da Nota Técnica e do Glossário para a comunidade escolar, pois são documentos essenciais para a Educação Especial no ambiente escolar.Parabéns! Excelente atividade!”);</p> <p>- Críticas (e.g., “Olá, (nome omitido)! Parabéns pelo trabalho! Apenas uma correção: na última questão, o profissional responsável pela elaboração do documento é o professor de Educação Especial. Outros profissionais podem oferecer suporte, mas a responsabilidade principal é do professor da área. Abraço!”.</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| Projeto Político-Pedagógico (PPP): participação e aprendizagem                   | Elaborar um <a href="#">plano de ação</a> para enfrentar preconceito e discriminação na escola, tornando-a mais inclusiva. O plano deve conter um problema, um objetivo, duas estratégias e duas ações para cada estratégia, fundamentadas em dispositivos legais especificados.                                                                                                                                                                                         | 239                                    | 93,39/100                        | <p>- Validações gerais (e.g., “Olá! O plano apresenta todas as informações essenciais, além de manter coerência e conexão entre os tópicos. Percebo que você atingiu o objetivo da atividade. Parabéns! Abraços!”);</p> <p>-Validações específicas (e.g., “Olá, (nome omitido)! Parabéns pelo seu projeto! Ao destacar o problema da ‘exclusão por deficiência física’ ou ‘preconceito contra pessoas com deficiência’, é fundamental implementar ações como as que você descreveu. Ressalto que essas ações são totalmente viáveis, e não apenas sugiro, mas também torço para que você leve adiante os projetos desenvolvidos neste curso. Tenho certeza de que observará resultados significativos e mudanças muito positivas no ambiente escolar onde atua. Fazer a diferença nas escolas, especialmente no que se refere à inclusão, foi o nosso maior objetivo, e sei que você tem o conhecimento e a iniciativa necessários para iniciar ou continuar promovendo essa transformação. Parabéns também pela conclusão do curso! Um abraço!”);</p> <p>- Críticas (e.g., “Olá, (nome omitido)! De modo geral, suas respostas estão de acordo com a proposta da atividade, mas faltou citar algum dispositivo legal. Agradeço pela jornada que compartilhamos durante o -curso e desejo muito sucesso!”.</p> |



A partir dos questionários aplicados aos cursistas, após o término de cada uma das cinco disciplinas curriculares, pode-se identificar que o instrumento de avaliação do questionário foi devolvido / respondido por uma média e desvio padrão de  $262 \pm 24$  cursistas.

Além de indicar o percentual de cursistas que avaliaram como excelente aspectos específicos de cada uma das disciplinas (Tabela 6), o questionário desdobrou-se ainda em perguntas relacionadas à transmissão das aulas, de modo que 100% afirmou que o curso teve excelente acessibilidade em LIBRAS e 99% excelente qualidade de transmissão das aulas síncronas. O questionário foi finalizado com as sugestões dos cursistas sobre outros tipos e/ou recursos de acessibilidade durante as aulas síncronas, sendo “Legenda” e “Audiodescrições” as mais frequentemente apontadas.

Além do questionário aplicado aos cursistas, também foi solicitado que tutores e demais membros da equipe avaliassem o GESTinclusão (Figura 7). Enquanto respondiam ao questionário, apontaram informalmente que, entre as principais barreiras enfrentadas na execução da função de tutor(a), destacaram-se a dificuldade dos cursistas com acesso à internet, a falta de experiência no uso de tecnologias digitais, bem como a escassez de tempo, dedicação e interesse de alguns participantes. No caso dos demais membros da equipe, as principais barreiras mencionadas informalmente foram problemas com a internet e a não entrega do material dentro do prazo estabelecido.



**Tabela 6** - Percentual de cursistas que avaliaram como “excelente” aspectos específicos de cada uma das disciplinas.

| <b>Critério</b>                                              | <b>Disciplina 1: Introdução à Educação a distância</b> | <b>Disciplina 2: Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva</b> | <b>Disciplina 3: Caminhos para gestão escolar na cultura inclusiva: da teoria à prática</b> | <b>Disciplina 4: Atendimento Educacional Especializado (AEE): construção coletiva e participativa</b> | <b>Disciplina 5: Projeto Político-Pedagógico (PPP): participação e aprendizagem</b> |
|--------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------|
| Relevância do conteúdo                                       | 93.5%                                                  | 93.5%                                                                       | 91.7%                                                                                       | 90.8%                                                                                                 | 90.7%                                                                               |
| Diálogo do conteúdo com a experiência real de gestão         | 79.2%                                                  | 87.5%                                                                       | 87.2%                                                                                       | 84.2%                                                                                                 | 88.6%                                                                               |
| Material didático                                            | 92.0%                                                  | 83.2%                                                                       | 86.7%                                                                                       | 86.7%                                                                                                 | 79.3%                                                                               |
| Desafios no uso do AVA                                       | 32.8%                                                  | 28.8%                                                                       | 24.4%                                                                                       | 25.8%                                                                                                 | 24.3%                                                                               |
| Atuação dos professores-pesquisadores                        | 81.0%                                                  | 91.3%                                                                       | 90.6%                                                                                       | 91.7%                                                                                                 | 81.4%                                                                               |
| Comunicação e mediação dos tutores                           | 95.0%                                                  | 94.0%                                                                       | 93.3%                                                                                       | 89.2%                                                                                                 | 90.0%                                                                               |
| Suporte por meio de canais AVA e WhatsApp                    | 83.0%                                                  | 80.4%                                                                       | 82.8%                                                                                       | 80.8%                                                                                                 | 77.1%                                                                               |
| Suporte para atividades avaliativas                          | 95.0%                                                  | 92.4%                                                                       | 91.1%                                                                                       | 89.2%                                                                                                 | 90.7%                                                                               |
| Feedback das atividades avaliativas via AVA                  | 71.0%                                                  | 76.1%                                                                       | 78.9%                                                                                       | 76.7%                                                                                                 | 74.3%                                                                               |
| Feedback das atividades avaliativas via encontros de tutoria | 86.0%                                                  | 81.0%                                                                       | 85.6%                                                                                       | 84.2%                                                                                                 | 86.4%                                                                               |
| Engajamento produzido pelos professores                      | 82.0%                                                  | 85.3%                                                                       | 84.4%                                                                                       | 83.3%                                                                                                 | 70.7%                                                                               |
| Engajamento produzido pelos tutores                          | 74.0%                                                  | 89.1%                                                                       | 91.1%                                                                                       | 87.5%                                                                                                 | 85.7%                                                                               |
| Clareza dos critérios avaliativos                            | 83.0%                                                  | 79.3%                                                                       | 78.9%                                                                                       | 82.5%                                                                                                 | 78.6%                                                                               |
| Equilíbrio entre conteúdos e avaliações                      | 64.0%                                                  | 79.3%                                                                       | 78.9%                                                                                       | 80.8%                                                                                                 | 77.1%                                                                               |



## **Seminário GESTinclusão: Reflexões, Experiências e o Impacto da Formação na Gestão Escolar Inclusiva**

No encerramento do curso GESTinclusão, o [seminário](#) reuniu cursistas, tutores e professores para compartilhar experiências e reflexões sobre a formação. Durante o evento, criou-se um espaço de troca, permitindo a apresentação de relatos sobre os desafios e avanços na construção de uma gestão escolar inclusiva.

A partir dos registros narrativos produzidos por cursistas e pela equipe GESTinclusão, foram apresentados vídeos no Seminário de Encerramento. Para planejar o evento, o designer conduziu 14 reuniões com os cursistas. Com a exposição das narrativas de cursistas representantes das 14 turmas, no seminário de encerramento abordaram-se experiências e desafios enfrentados no processo formativo, além dos principais aprendizados do curso. Todo o material gerado foi compilado neste e-book.



**Figura 7 - Avaliação da Qualidade do Curso GESTinclusão segundo os tutores e os demais membros da equipe**



Sob a coordenação do Prof. Dr. Fernando Silvio Cavalcante Pimentel (Coordenadoria Institucional de Educação a Distância), contou-se com a participação da coordenadora geral do curso, Profa. Dra. Chrystiane V. A. Toscano, dois intérpretes de LIBRAS e quatorze cursistas representantes. Por meio da transmissão ao vivo no YouTube, promoveu-se interação entre os participantes, permitindo a troca de experiências em tempo real.

O seminário destacou o impacto da formação continuada em diferentes regiões do país. Os depoimentos revelaram novas percepções sobre a inclusão,

mudanças na prática pedagógica e o papel dos gestores na promoção de ambientes escolares mais acessíveis.

Em diferentes regiões do país, a formação continuada teve impacto significativo. Mediante os depoimentos, constataram-se novas percepções sobre a inclusão, mudanças na prática pedagógica e o papel dos gestores na promoção de ambientes escolares mais acessíveis.

Ao longo do evento, estruturaram-se três blocos com histórias de cursistas provenientes de distintas regiões e realidades. No primeiro bloco, Karlos Eduardo Santos, de João Pessoa, relatou como o curso ampliou sua percepção sobre a inclusão e destacou um caso de empatia com um estudante com deficiência visual. Jannayna Farias, de Alagoas, enfatizou a importância da abordagem reflexiva sobre a inclusão no ambiente escolar. Marta Luiz Ramos Paula, do Mato Grosso, destacou o impacto direto do curso em sua prática com estudantes com TEA. Célia Cristina Monteiro de Oliveira, de Alagoas, ressaltou os desafios e aprendizados na implementação de salas de recurso. Marciléia dos Santos Pachêco Mota, também de Alagoas, frisou a necessidade de formação continuada para garantir a participação ativa dos estudantes com deficiência.

No segundo bloco, Thiago Caldas Rocha abordou a necessidade de uma gestão inclusiva que envolva toda a comunidade escolar. Ruth Alipia Guimarães Malta Caloê-te destacou o engajamento de sua turma e a importância



da troca de experiências em formações síncronas. Fátima Água Branca enfatizou a mudança de perspectiva sobre inclusão proporcionada pelo curso. Fabíola Ferreira, de Macaíó, salientou a relevância das interações entre cursistas de diferentes estados brasileiros. Maria Sonielma Souza Silva pontuou a importância da integração do Atendimento Educacional Especializado (AEE) com toda a escola e não como um serviço isolado na sala de recursos.

No terceiro bloco, Jonilson Lima da Silva Albino, da Bahia, relatou a transformação em sua visão sobre gestão inclusiva no Ensino Médio. Antonia de Jesus Correia Santos, de Sergipe, comparou o GESTInclusão a outros cursos sobre inclusão que já realizou, ressaltando seu impacto mais profundo. Alexandra Santana destacou a coerência das disciplinas com a prática da gestão e a importância do olhar para a equidade. Aidê Barreto Lima, da Bahia, compartilhou os desafios enfrentados na escola e reforçou a necessidade de formações de base voltadas para a inclusão.

Por meio do Seminário de Encerramento, reafirmou-se a relevância da formação de gestores para a inclusão escolar. Os depoimentos dos cursistas evidenciaram a aplicação dos conhecimentos adquiridos e o compromisso com a educação inclusiva.

Com a transmissão do evento, alcançou-se um público mais amplo (745 visualizações, tendo 258 participantes



ao vivo), promovendo a rede de formação e colaboração entre gestores da educação básica. O registro das experiências no e-book e no documentário reforça a continuidade das ações voltadas à educação inclusiva e ao aprimoramento das práticas de gestão escolar.

A partir dos relatos, verificou-se um alto nível de satisfação com os conteúdos abordados, a qualidade do suporte e a aplicabilidade do conhecimento na prática escolar. Destacaram-se avanços na gestão escolar inclusiva, remoção de barreiras e fortalecimento do diálogo com a comunidade escolar.

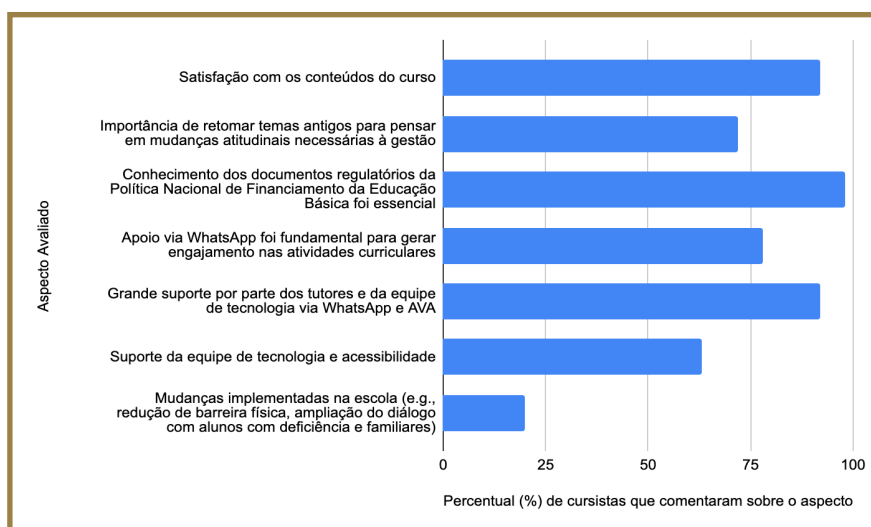
Além da participação dos cursistas no Seminário de Encerramento, um vídeo documentário foi produzido a partir do GESTinclusão. Para tanto, o designer gerenciou o recebimento, análise e edição de 52 vídeos enviados voluntariamente por cursistas e membros da equipe, posteriormente organizados no [documentário](#) sobre o projeto, visando estimular os cursistas a registrar suas experiências de aprendizagens curriculares e possíveis conexões com o chão da escola no processo de desenvolvimento das ações de gestão no contexto na educação especial na perspectiva inclusiva.

Inicialmente, realizou-se uma oficina virtual por videochamada com orientações aos tutores para instruir os cursistas acerca da gravação. Em seguida, promoveram-se videochamadas com tutores e cursistas para a produção



dos documentários. Após o recebimento e validação dos vídeos encaminhados, o designer procedeu à compilação final e edição do documentário do GESTInclusão. Os principais dados coletados a partir do documentário encontram-se na Figura 8.

**Figura 8** - Os principais dados coletados a partir do documentário com cursistas



# **CONCLUSÃO:**

## **FINALIZANDO PARA RECOMEÇAR**

A construção de uma escola inclusiva exige esforço, envolvendo professores e gestores, responsáveis por criar condições para que todos os estudantes aprendam com equidade. A inclusão escolar não deve ser tratada apenas como um ideal, mas como uma meta concreta, pautada por políticas públicas e capacitação de educadores e gestores.

Nos últimos anos, cursos como SAEE-TEA, PPI-TEA e GESTinclusão desempenharam um papel essencial na formação de profissionais para os desafios da educação inclusiva. O GESTinclusão destacou-se por qualificar gestores, oferecendo ferramentas para planejar, implementar e gerenciar práticas inclusivas. A experiência reforçou que a formação continuada é essencial para tornar a inclusão escolar uma realidade.

Os aprendizados do GESTinclusão mostraram a importância da articulação da Ufal com as secretarias municipais e estaduais, promovendo diálogo entre universidade e redes de ensino. Esse vínculo atendeu às demandas locais e ampliou a acessibilidade das escolas. Além disso, a estrutu-

ra do AVA foi um diferencial, criando um espaço interativo para os cursistas. Outro destaque foi a produção de um documentário que registrou as experiências e permitiu uma análise sobre a aplicação dos conhecimentos adquiridos. Essa iniciativa fortaleceu a relação entre teoria e prática.

Um dos diferenciais do GESTInclusão foi o Caderno de Estudos, um portfólio com modelos de estratégias para financiamento e gestão de recursos da política nacional para escolas acessíveis. Esse recurso não esteve presente no SAE-E-TEA e no PPI-TEA, proporcionando aos gestores maior compreensão sobre o financiamento da educação inclusiva.

A participação dos cursistas no Seminário de Encerramento e a produção de vídeos-documentários reforçaram a importância do registro das experiências, fornecendo uma avaliação do curso. Observou-se que os processos formativos demandavam uma abordagem que revisasse temas como a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva e promovessem discussões sobre o financiamento da educação, incluindo o PDDE.

Apesar dos avanços, desafios administrativos permaneceram. A gestão financeira dos recursos e os atrasos no repasse de bolsas exigiam maior atenção. Tornar os processos mais ágeis e menos burocráticos poderia contribuir para o sucesso de futuras edições do curso e para a continuidade da formação de gestores escolares.



Este e-book compartilha os saberes adquiridos no GESTinclusão, disseminando práticas eficazes de gestão escolar para a inclusão. Ao registrar experiências, metodologias e reflexões, busca-se inspirar gestores a promover a inclusão em suas escolas e fornecer um guia prático para diferentes contextos educacionais.

A consolidação de uma cultura inclusiva na gestão escolar exige compromisso, conhecimento e estratégias bem definidas. Com formação continuada, fortalecimento das políticas públicas e atuação dos gestores, as escolas podem se tornar espaços acessíveis, respeitosos e equitativos, onde todos os estudantes possam aprender e se desenvolver plenamente.



# **SOBRE AUTORES/AS**

## **Ana Paula Monteiro Sanches**

Graduada em Pedagogia pela Universidade de Brasília (2021), atua como professora na Secretaria de Educação do Distrito Federal.

## **Chrystiane Vasconcelos Andrade Toscano**

Licenciada em Educação Física pela Universidade Federal de Sergipe (UFS, 1998), possui mestrado em Educação Especial pelo Instituto Superior Pedagógico Enrique José Varona / Universidade de Havana, Cuba (2000), com revalidação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), e doutorado em Ciências do Desporto e Educação Física pela Universidade de Coimbra, Portugal (2017), com revalidação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É Professora Associada do Instituto de Educação Física e Esporte (IEFE) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e docente do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação Física em Rede Nacional (UNEP-UFAL). Coordena cursos de aperfeiçoamento da RENAFOR/MEC e o projeto Guia de Atividade Física para Pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), promovido pela Secretaria Nacional de Paradesporto (SEPAR) do Ministério dos Esportes (ME). Sua trajetória profissional é marcada pela atuação na elaboração, implementação e avaliação de projetos voltados à intervenção pedagógica, práticas inclusivas e atendimento

especializado à pessoa com TEA. Seus principais interesses de pesquisa incluem práticas pedagógicas na educação básica e o estudo do perfil de saúde, funcionalidade, cognição e motricidade de pessoas com TEA.

### **Deyvid Dias Marinho**

Graduado em Comunicação Social pela Faculdade da Cidade de Maceió (FACIMA), possui especializações em Gestão de Processos, Design Gráfico e Marketing para Pequenos Negócios, com ênfase em estratégias voltadas ao desenvolvimento empresarial. Atua na Educação a Distância (EaD), com experiência na mediação tecnológica, produção de conteúdos e gestão da comunicação em ambientes virtuais de aprendizagem. Coordenou tecnologias e acessibilidade em cursos de extensão voltados à educação inclusiva, como o Serviço de Atendimento Educacional Especializado para Educandos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Contexto da Educação Infantil, o Curso de Aperfeiçoamento em Práticas Pedagógicas Inclusivas para Educandos com Transtorno do Espectro Autista e o curso Saberes e Fazeress Necessários à Gestão Escolar para Cultura Inclusiva. Presta assessoria de comunicação à Coordenadoria Institucional de Educação a Distância da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), atuando no desenvolvimento de estratégias de divulgação, produção de conteúdo digital e fortalecimento da presença institucional nos meios digitais. Tem experiência na implementação de soluções tecnológicas para acessibilidade em contextos educacionais e sólida atuação em comunicação e marketing, com foco em inovação, inclusão social e democratização do acesso ao conhecimento por meio da EaD.



## **Elisangela Leal de Oliveira Mercado**

Professora Adjunta II da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), graduada em Pedagogia, com especializações em Psicopedagogia e Educação Especial. É mestre em Linguística e doutora em Educação pela UFAL, com formação em Tutoria Virtual pela Organização dos Estados Americanos (OEA) e em Atendimento Educacional em Ambiente Hospitalar e Domiciliar (CAAEAH/UFMS). Atua no ensino presencial e a distância na graduação da UFAL, bem como nos Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFAL) e no Mestrado Profissional em Educação Inclusiva (PROFEI/UNESP), ministrando disciplinas nas áreas de Gestão Educacional, Estágio Supervisionado, Psicologia da Educação, Psicopedagogia, Processo Ensino-Aprendizagem, Educação Especial, Educação Infantil, Alfabetização e Letramento, e Inspeção Escolar. Participou do Programa Mídias na Educação (MEC/UFAL) e do Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado em Deficiência Intelectual (AEE-DI/UFAL). É pesquisadora do Observatório Estadual de Educação Especial (OEEESP) e vice-coordenadora do Núcleo de Estudos em Educação e Diversidade (NEEDI). Exerceu a presidência do Conselho Municipal de Educação de Maceió (2017–2019) e foi diretora de formação da UNCME/AL (2018–2020). Integra o Comitê Gestor Estadual para ações de cuidado a crianças com Síndrome Congênita associada ao Zika Vírus e outras síndromes STORCH, bem como a Rede Nacional da Primeira Infância (RNPI), a Rede Estadual da Primeira Infância (REPI/AL), o Pacto Estadual pela Primeira Infância em Alagoas e a Comissão de Alinhamento do Plano Municipal pela Primeira Infância em Maceió.



### **Ericler Oliveira Gutierrez Ouedraogo**

Professora do Departamento de Linguagem, Cultura e Educação do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), é doutora em Educação pela UFES, na linha de pesquisa Educação e Linguagens (2022). Graduada em Pedagogia pela Universidade Católica de Brasília (1992), possui mestrado em Educação pela Universidade de Brasília (2011) e em Comunicação e Educação pela Universidade Autônoma de Barcelona (modalidade online, 2013). É autora do curso básico de Libras (modalidade online) oferecido pelo Instituto Federal do Maranhão em 2014 e do programa teleeducativo para surdos *Notícia em Mãos* (CANAL E/SEDF, 2000). Possui proficiência em Libras (Prolibras, 2009) e atuou como intérprete de Libras no programa *Sala de Professor*, da TV Escola. Sua trajetória é marcada pela atuação na área da Educação, com ênfase na educação de surdos, abordando temas como acessibilidade, interpretação em Libras (em eventos e televisão), formação de professores surdos, produção audiovisual e inclusão.



### **Fabricia Carla de Albuquerque Silva**

Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), foi bolsista de iniciação científica (PIBIC) no grupo de pesquisa Teorias e Práticas em Educação de Jovens e Adultos (2010) e atuou como monitora da disciplina Projeto Pedagógico, Organização e Gestão do Trabalho Escolar em cursos de Licenciatura (2009). Possui formação profissionalizante em Informática e experiência docente nas séries iniciais do Ensino Fundamental. É mestre em Educação pelo PPGE/CEDU/UFAL, tendo integrado o grupo de pesquisa Caminhos da Educação

em Alagoas, vinculado à linha de pesquisa História e Política da Educação. De 2012 a 2018, atuou como tutora on-line no curso de Pedagogia a Distância da UAB/UFAL. Desde 2013, é servidora pública federal no cargo de pedagoga do Instituto Federal de Alagoas (IFAL), onde exerceu funções gratificadas de gestão, incluindo as coordenações de Formação Geral e Pedagógica, sendo atualmente Coordenadora Pedagógica no Campus Rio Largo. Doutora em Educação pela UFAL (2022), é membro do Grupo de Pesquisa Estado, Políticas Sociais e Educação Brasileira (GEPE), sob a liderança das professoras Dra. Elione Maria Nogueira Diógenes (UFAL) e Dra. Maria Cledilma Ferreira da Silva Costa (IFAL), e do Grupo de Pesquisa GALC na Educação: ensino e aprendizagem de matemática e áreas afins, coordenado pelo Dr. Edel Alexandre Silva Pontes e pelo Ms. Elinelson Gomes de Oliveira.

### **Fernando Silvio Cavalcante Pimentel**

Bolsista de Produtividade do CNPq, é licenciado em Pedagogia pelo Centro Universitário CESMAC, com especializações em Docência do Ensino Superior (Universidade Castelo Branco) e Tecnologias em Educação (PUC-Rio). Mestre e doutor em Educação pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), realizou estágios pós-doutorais em Educação e Psicologia na Universidade de Aveiro (Portugal) e em Educação na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor associado da UFAL, possui ampla experiência na área educacional, com ênfase nos processos de ensino-aprendizagem, atuando principalmente nos temas: aprendizagem, jogos digitais na educação, gamificação, metodologias ativas, educação online, webquest,



tutoria e avaliação. Foi coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/CEDU/UFAL), da Universidade Aberta do Brasil (UAB/UFAL) e exerceu a vice-presidência do Fórum Nacional de Coordenadores UAB. Atualmente, coordena a Coordenadoria Institucional de Educação a Distância da UFAL, integra o banco de avaliadores institucionais do INEP, lidera o Grupo de Pesquisas Comunidades Virtuais (UFAL) e atua como pesquisador na Rede de Inovação para a Educação Híbrida (RIEH), vinculada ao Núcleo de Excelência em Tecnologias Sociais (NEES).

### **Flávia Maria de Albuquerque Silva**

É mestre em Ensino na Saúde pela UFAL, especialista em Docência no Ensino Superior e graduada em Odontologia pela UFAL. Atua como odontóloga e auxiliar administrativa, com experiência em monitoria, tutoria e coordenação em cursos de aperfeiçoamento na UFAL. Desenvolveu pesquisas sobre avaliação e feedback no ensino de odontologia. Possui ampla formação complementar e participação em eventos acadêmicos, com publicações em periódicos, capítulos de livros e apresentações em congressos nas áreas de saúde e educação.

### **João Peroba de Azevêdo Neto**

Possui graduação em Direito pelo Centro Universitário CESMAC (2015). Participou de projetos de pesquisa nas áreas de Direito Penal e Direitos Sociais, com ênfase em tipicidade penal e teoria da reserva do possível. Atuou como bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas.



### **Lívia de Moura Costa Cipola**

Pós-graduada em Psicopedagogia pelo Instituto Batista de Ensino Superior de Alagoas (IBESA), graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal) com intercâmbio na Universidade do Porto (UP), em Portugal, no período entre 2008 e 2009. Atua como professora da Educação Básica em uma instituição privada. Coordenadora adjunta do Curso de Aperfeiçoamento da Rede Nacional de Formação de Professores (RENAFOR/MEC/Ufal).

### **Paulo Antônio dos Santos Júnior**

Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia (PPGEduc/UNEB), é mestre em Educação pelo Mestrado Profissional em Educação e Diversidade (MPED/UNEB). Especialista em Atividade Física e Saúde no Contexto da Educação Básica pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), em Metodologia do Ensino e da Pesquisa em Educação Física, Esporte e Lazer (LEPEL/FACED/UFBA) e em Gestão Escolar pela Escola de Gestores da UFBA (EG/FACED/UFBA). Licenciado em Educação Física e Pedagogia, integra desde abril de 2009 o corpo docente da Rede Estadual de Educação da Bahia, onde também atuou como gestor escolar (2012–2016), com certificações em Gestão Escolar pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia (2011, 2015 e 2019). É também professor da Rede Municipal de Salvador. No ensino superior, lecionou na Faculdade do Sertão Baiano (FASB), no município de Monte Santo/BA, ministrando disciplinas como Fundamentos Metodológicos da Educação Física, Currículo e Avaliação, e Ges-



tão Educacional, além de orientar monografias e participar de bancas avaliadoras de trabalhos de conclusão de curso.

### **Rita de Cássia Magalhães de Oliveira**

Doutora e mestre em Educação e Contemporaneidade pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado da Bahia (UNEB – Campus I, Salvador), é especialista em Gestão Escolar (UFBA), em Política do Planejamento Pedagógico: Currículo, Didática e Avaliação (UNEB), em Atendimento Educacional Especializado – AEE (UEM), em Métodos e Técnicas de Ensino (UNIVERSO) e em Psicopedagogia: Institucional, Clínica e Hospitalar (FVC). Possui graduação em Licenciatura Plena em Estudos Sociais com habilitação em Geografia pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e em Pedagogia pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI). É membro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial (ABPEE), da Associação Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica (BIOGraph) e do Grupo de Pesquisa Autobiografia, Formação e História Oral (GRAFHO/PPGEDUC – UNEB). Atua na área da Educação, com ênfase em diversidade, diferença, cultura e cotidiano escolar, educação especial e inclusiva, com foco em deficiência visual. Desenvolve pesquisas sobre (auto)biografia, narrativas de vida, história de vida e formação de professores para contextos marcados pela diversidade e diferença.

### **Simone Assunção Keiner**

Possui graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2014), com mestrado em Psicologia Expe-



rimental: Análise do Comportamento (2021) e Aperfeiçoamento em Análise do Comportamento Aplicada ao Atendimento de Crianças com Diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista e seus Familiares (2017) pela mesma instituição. Foi supervisora clínica e docente no curso de graduação em Psicologia do Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (2022-2023). Desde 2023, atua como supervisora clínica e escolar e docente na Universidade Nove de Julho, ministrando disciplinas voltadas à discussão de teorias e técnicas psicoterapêuticas, à análise do comportamento enquanto ciência básica e aplicada, e aos pressupostos do behaviorismo radical. Na mesma instituição, é madrinha da Liga Discente de Análise do Comportamento desde o primeiro semestre de 2024. Atua como psicóloga clínica desde 2017.



A Edufal não se responsabiliza por possíveis erros relacionados às revisões ortográficas e de normalização (ABNT).  
Elas são de inteira responsabilidade dos/as autores/as.



ISBN: 978-65-9881475-5



9 786598 814755